

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

Viviane Hippmann Gauer

**O ANIMAL DE COMPANHIA E A PROTEÇÃO ANIMAL URBANA:
pensando relações interespecíficas a partir da etnografia em Porto Alegre/RS**

Porto Alegre

2. Semestre

2015

Viviane Hippmann Gauer

**O ANIMAL DE COMPANHIA E A PROTEÇÃO ANIMAL URBANA:
pensando relações interespecíficas a partir da etnografia em Porto Alegre/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Lewgoy

Porto Alegre

2. Semestre

2015

Viviane Hippmann Gauer

**O ANIMAL DE COMPANHIA E A PROTEÇÃO ANIMAL URBANA:
pensando relações interespecíficas a partir da etnografia em Porto Alegre/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do grau de Bacharela em Ciências Sociais.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

Professor Doutor Bernardo Lewgoy – Orientador

Professora Doutora Patrice Schuch - UFRGS

Mestre Marília Floôr Kosby - UFRGS

Dedico este trabalho a todos aqueles cujos corações são possuídos pelo amor aos animais. Que a reflexão seja a nossa aliada no caminho para uma melhor relação com os animais ao nosso redor – não humanos e humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família e amigos, em especial à minha mãe Rosane, que está sempre ao meu lado; à minha avó Ruth, fonte inesgotável de inspiração e aconselhamento intelectual; e ao meu namorado Ariel, pela paciência com o estresse que esteve lado a lado à satisfação de fazer este trabalho e pelo apoio constante que sempre me tranquiliza.

A todo o grupo de pesquisa Espelho Animal (ILEA/UFRGS), liderado pelo Professor Bernardo Lewgoy e vinculado ao CNPq. Um agradecimento especial a Leandra Pinto, Elisa Oberst, Caetano Sordi e Luciana Dall’Agnol pela troca de conhecimentos, pelos conselhos e pelo companheirismo. A Marília Floôr Kosby, que além de companheira e conselheira durante este um ano e meio, aceitou participar do momento decisivo que é a defesa compondo a banca.

Às minhas interlocutoras e aos meus interlocutores de pesquisa sem os quais este trabalho etnográfico não teria sido possível, aos quais serei eternamente grata por ter sido sempre tão bem recebida.

Aos professores que, de uma forma ou de outra, me inspiraram no decorrer deste trabalho, e me incitaram questionamentos que irão para além do encerramento do mesmo; especialmente aos professores Bernardo Lewgoy, meu orientador, Sérgio Baptista da Silva e Ricardo Timm de Souza e à professora Patrice Schuch que, para além dos comentários inspiradores, aceitou compor a banca.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pela bolsa PROBIC, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa PIBIC, ambas vinculadas ao projeto de pesquisa “Caminhos do Altruísmo Interespecífico: uma investigação antropológica sobre proteção animal em Porto Alegre/RS”.

E, como este trabalho versa sobre a relação com os animais de companhia, não posso deixar de fazer o inusitado agradecimento à Meg e à Ísis, minhas queridas companheiras canina e felina, fontes de amor e de alegria, e responsáveis por me fazer me deparar todos os dias com esta alteridade animal que consegue ao mesmo tempo ser tão paradoxalmente familiar e misteriosa - alteridade cuja compreensão nos escapa eternamente pelos dedos, bem no momento em que achávamos que a estávamos cerrando em nossas mãos.

Seule une révolution morale, et non pas sociale ni politique ni technique, ramènerait l'homme à sa vérité perdue. Du moins peut-on opérer pour son compte cette conversion: alors on accède à la joie, malgré ce monde d'absurdité et de désordre qui nous cerne.
(BEAUVOIR, 1966)

RESUMO

Inserido no âmbito da Antrozoologia, este trabalho intenciona pensar a relação humano-animal, tendo por enfoque a relação construída entre ativistas e simpatizantes da proteção animal urbana e os animais de companhia aos quais este movimento se dedica. A proteção animal urbana é um movimento que visa ao cuidado de animais domésticos urbanos – prioritariamente cães e gatos -, sendo composto por ativistas autodenominados como protetores, bem como por simpatizantes da causa, filiados ou não a Organizações não governamentais (ONGs). A pesquisa que embasou este trabalho foi realizada a partir da etnografia junto a grupos dedicados à proteção animal em Porto Alegre/RS, e complementada por entrevistas centradas não diretivas com ativistas do movimento. Ao refletir sobre esta relação, pôde-se explorar e questionar uma série de questões pertinentes, tais como: a forma como estes animais são compreendidos no contexto social contemporâneo; as relações pessoais de afeto com o animal de companhia, inserido na redoma do lar enquanto membro de uma família multiespécies; a especificidade da relação singularizada com o animal não humano; a atuação de um modelo de política de piedade na fundamentação interna e legitimação externa da proteção animal urbana; assim como a estruturação de discursos morais sobre a imagem de um animal idealizado e identificado como vítima. Por fim, foram citados alguns temas para possível exploração futura, como as controvérsias inerentes à redoma da proteção animal urbana, que apontam para uma rica pluralidade de formas de relacionar-se com o animal de companhia, e de pensar a existência deste.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Brechocão da SEDA	15
Figura 2 - Foto de filhote.....	19
Figura 3 - Foto de filhotes.....	19
Figura 4 – Visita a sítio.....	20
Figura 5 - Protetora interagindo com cachorros no Brechocão.....	43
Figura 6 - Exemplificação da política de piedade.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A PROTEÇÃO ANIMAL URBANA EM PORTO ALEGRE/RS	13
1.1 A ETNOGRAFIA NO CAMPO DA PROTEÇÃO ANIMAL URBANA.....	14
1.2 IDIOSINCRASIAS DO MOVIMENTO.....	21
2 O ANIMAL MEMBRO DE FAMÍLIA	27
2.1 BREVE HISTÓRICO DO ANIMAL NO OCIDENTE.....	27
2.2 A FAMÍLIA MULTIESPÉCIES.....	32
2.3 O FENÔMENO PET: ensaios explanatórios.....	35
2.3.1 O Argumento da Deficiência.....	36
2.3.2 O Argumento da Afluência.....	37
2.3.3 A Hipótese da Biofilia.....	38
2.3.4 O Argumento do Domínio.....	39
2.3.5 A Especificidade da Relação com um Animal de Companhia.....	41
3 O ANIMAL INOCENTE	44
3.1 PARADIGMAS MORAIS NA RELAÇÃO COM OS ANIMAIS NÃO HUMANOS.....	44
3.2 A POLÍTICA DE PIEDADE.....	50
3.3 A IDEALIZAÇÃO DO ANIMAL DE COMPANHIA.....	53
REFLEXÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso inscreve-se no âmbito do estudo antropológico das relações entre humanos e animais, ou Antrozootologia. Tal termo foi concebido em oposição ao de Antropologia, a qual é percebida por pesquisadores vinculados à Antrozootologia como uma disciplina que tradicionalmente privilegiou o humano (HURN, 2012). O estudo das relações entre humanos e animais tem tido sua importância crescentemente reconhecida pela Antropologia; tal reconhecimento, todavia, é um fato recente, tendo outras disciplinas das humanidades sido precursoras nesse sentido. Algumas exceções notáveis trazidas por Hurn (2012), de trabalhos antropológicos mais antigos já atentando para o domínio animal e para sua relação com os humanos, são os de Evans-Pritchard e de Rappaport.

O motivo para tal distanciamento por parte da Antropologia é que esta foi forjada precisamente sobre a premissa da primazia humana. Dando vazão à ideia de cultura como uma distinção humana frente aos outros animais, a Antropologia se estruturou, portanto, sobre uma divisão binária animalidade/humanidade, bem como sobre a divisão natureza/cultura. Os animais foram (e ainda o são) tradicionalmente retratados como o local da falta e do determinismo, e os antropólogos que tanto refutam explicações que remetam a um determinismo biológico para explicar o ser humano terminam por ironicamente reforçar tais explicações no estudo dos seres não humanos (NOSKE, 2008). Tais divisões acabam por também reforçar a dicotomia ciências sociais/ciências naturais.

Há duas formas principais através das quais a Antropologia tradicionalmente pensa os animais em meio à sociedade humana, nos momentos em que se apercebe destes. Ora estes são analisados como peças funcionais das sociedades em questão, ou seja, quanto à sua função econômica, ora são pensados a partir de seu envolvimento em sistemas totêmicos e ritos religiosos, perspectiva segundo a qual, como coloca Lévi-Strauss (1989), os animais são “bons para pensar”.

O crescente, apesar de incipiente, interesse antropológico nas relações entre humanos e animais pode ser visto como uma consequência da chamada virada ontológica, caracterizada por processos de autocritica e auto reflexividade da Antropologia enquanto disciplina acadêmica, tendo tais atitudes emergido em resposta a uma série de crises disciplinares na década de 60. Essa virada ontológica marca-se também pela problematização crítica de oposições clássicas, como natureza/cultura, humanidade/animalidade (HURN, 2012).

A Antrozootologia, portanto, almeja ir além das formas antropológicas tradicionais de se pensar os animais, inserindo-os em uma reflexão acadêmica não enquanto objetos de análise, mas como atores sociais dotados de agência e situados em um contexto de inter-relação com os humanos. Como coloca Haraway (2007), os animais não são apenas bons “para pensar”, mas também “para viver junto”.

A partir do conceito de agência, Bruno Latour torna-se uma importante referência para o campo de estudos, tendo em vista sua proposta de Antropologia simétrica no sentido de tanto atores humanos, quanto não humanos, serem dotados de agência. Além disso, os questionamentos que o autor coloca à verdadeira realização de uma separação entre natureza e cultura por parte da tradição moderna vem a contribuir para a quebra destes paradigmas (LATOURE, 1994). Demais pesquisadores vinculados à Teoria Ator-Rede também possuem contribuições para o campo, a partir da desmistificação do conceito “sociedade”, passando à compreensão do social enquanto criação e transformação de *associações* em redes heterogêneas compostas tanto por atores humanos, quanto por atores não humanos (LAW, 1992).

Há que se atentar para a importância dos conceitos construídos em relação aos animais. Estes não deveriam ser de interesse apenas da Antrozootologia ou de disciplinas das ciências naturais, mas de todas as ciências humanas, visto que tais conceitos, ao pensar o animal, nunca deixam de se referir, por outro lado, a uma definição do humano. Como postula Descola (1996), objetivar o não humano nunca deixa de se relacionar a uma objetivação do humano, processos esses que são inseparáveis por estarem mutuamente intrincados nas definições do Eu e do Outro. Donna Haraway (1991 *apud* HURN, 2012), indo na mesma direção, escreve que polimos um espelho animal para olhar para nós mesmos (e para o que significa ser humano).

A importância do status dos animais não humanos vai ainda além quando reconhecemos que noções de animalidade têm sido historicamente utilizadas para diferenciar e inferiorizar determinados grupos humanos. O debate sobre a humanidade e a animalidade nunca foi uma questão puramente teórica, sendo historicamente ligada ao que significa uma conduta humana aceitável, bem como à justificação de outras formas de domínio. Assim, Irvine (2004) conclui que a visão racionalista se tornou a ideologia proeminente exatamente por legitimar uma ordem social já existente. Aqui cabe relacionar a questão animal a outras alteridades que foram historicamente acusadas de um menor potencial para a racionalidade, como as mulheres, exaustivamente equiparadas ao domínio da natureza (BEAUVOIR, 1970), e os não ocidentais (SAID, 2007).

Apontando para essa mesma direção, Rita Leal Paixão (2013) denuncia a forma como essa fronteira única e indivisível entre o homem e o animal, a qual Derrida questiona, é

frequentemente utilizada para justificar a violência contra animais e também contra aqueles humanos considerados *como se fossem* animais. A subjugação do animal não humano se assentaria em bases comuns, dessa forma, à do próprio animal humano.

Tendo em vista o âmbito teórico delineado, o presente trabalho tem por objetivo pensar a relação humano-animal, tendo como enfoque a relação com os animais de companhia (restritos aqui a cachorros e gatos), a partir da inserção etnográfica no movimento da proteção animal urbana em Porto Alegre/RS. A proteção animal urbana é um movimento que visa à proteção dos animais domésticos urbanos, ou seja, prioritariamente cães e gatos, além da existência de alguns projetos dedicados a cavalos. Este movimento dedica-se ao cuidado dos animais chamados de abandonados, de seu controle populacional e de seu encaminhamento para adotantes responsáveis, sendo composto por ativistas autodenominados como protetores, bem como por simpatizantes da causa, filiados ou não a ONGs.

Intenciona-se, assim, a reflexão sobre a relação construída entre ativistas e simpatizantes da proteção animal urbana e os animais aos quais este movimento se dedica. Tal reflexão levou a questionamentos sobre a forma como estes animais são compreendidos no contexto social contemporâneo, sobre as relações pessoais de afeto com o animal de companhia enquanto membro de família, bem como sobre as imagens do animal que dão suporte ao movimento da proteção animal urbana.

O campo da proteção animal mostrou-se rico para o estudo dos lugares que ocupam os animais de companhia na contemporaneidade, das formas como são pensados e das relações que se travam com estes seres agentivos. Além de as protetoras despenderem uma significativa parcela de seu tempo com o cuidado de animais (sejam os seus, ou animais resgatados), o animal de companhia é na proteção animal o catalisador de uma retórica que legitima o próprio movimento, bem como o foco de ações de conscientização para a adoção responsável e para os bons tratos com os animais. Entretanto, mantenho em mente que o campo estudado no presente trabalho se compôs de grupos predominantemente caucasianos e de classe média, só podendo ser representativos, portanto, em relação a uma parcela de nosso contexto social atual.

A metodologia utilizada foi qualitativa, tendo sido empregadas tanto a etnografia, método por excelência da Antropologia, quanto entrevistas centradas não diretivas. A etnografia é baseada no contato direto e prolongado entre pesquisador e interlocutor, bem como na vivência por parte do pesquisador da realidade do cotidiano do interlocutor ou, ao menos, de uma parte desta (FOOTE-WHITE, 1980). A etnografia concede ao pesquisador a oportunidade única de adentrar a lógica do grupo pesquisado, experiência sem a qual muitas vezes torna-se impossível o alcance de certos dados que são restritos aos “iniciados” na lógica grupal

(FAVRET-SAADA, 1977). Já as entrevistas centradas não diretivas foram utilizadas no sentido de complementar a etnografia, concedendo aos interlocutores um momento focado de diálogo para estes trazerem questões e reflexões que lhes fossem importantes. Também foram momentos de esclarecimento e aprofundamento de questões já percebidas no decorrer da etnografia.

A etnografia junto à proteção animal foi iniciada em junho de 2014 no evento beneficente chamado Brechocão, tendo sido mantida em uma base mensal a partir da participação neste evento que ocorre mensalmente no Parque Farroupilha, e complementada com a participação em outras atividades da proteção animal urbana. Aprofundo a descrição da etnografia realizada, da minha trajetória neste campo e das idiossincrasias da proteção animal urbana no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, viso a uma reflexão predominantemente teórica, trazendo também exemplos provenientes do campo de pesquisa, sobre o lugar ocupado contemporaneamente pelo animal de companhia enquanto membro de família, e sobre a relação pessoal de afeto com o animal com o qual se trava uma convivência familiar. Apesar de este enquadramento do animal em uma posição similar à de infância humana dentro de um lar, em um modelo de família multiespécies, não me parecer ser tão vital à proteção animal quanto a ideia de responsabilidade humana para com um animal pensado enquanto vulnerável e vitimizado, ainda assim tal lugar ocupado pelo animal de companhia se faz presente no âmbito da proteção animal urbana - o que já podemos perceber pela procura à *adoção* e a um *adotante responsável* para o animal.

No terceiro capítulo, trago uma reflexão baseada na etnografia junto à proteção animal, discorrendo sobre a moralidade atrelada a tal fazer altruísta e à relação desta com uma idealização do animal de companhia, o qual estrutura discursos morais a partir de sua imagem como ser inocente e como vítima. Esboçam-se, assim, algumas problematizações a tal concepção do animal de companhia, em uma crítica que espero poder ser construtiva, visto a importância das ações realizadas pela proteção animal na vida de tantos animais, bem como na saúde pública.

Por fim, nas Reflexões finais, intento trazer alguns exemplos da complexidade da relação com o animal, indicando outras questões que poderiam ser mais exploradas para além do escopo deste trabalho.

1 A PROTEÇÃO ANIMAL URBANA EM PORTO ALEGRE/RS

A eclosão da questão animal e do movimento pelos direitos animais em décadas recentes nos leva a pensar sobre a ascensão de um sentimento zoofílico (YONNET, 1997 *apud* BLANC, 2003). Configura-se, assim, um cenário de emergência de novas sensibilidades e moralidades em relação aos animais não humanos, visíveis no surgimento de novos estilos de vida: veganismo e vegetarianismo, espaços de sociabilidades humano/animais (como os chamados “cachorródromos” que estão surgindo nos parques porto-alegrenses), a popularização das *pet shops*, entre outros (LEWGOY & SORDI, 2014).

Igualmente associada a esse sentimento zoofílico, está a crescente importância que os animais de companhia vêm tomando nas vidas de grande parcela da população, sendo tais animais atualmente tratados a partir de seu acolhimento no seio de uma família multiespécies (FARACO, 2008). A relação contemporânea com os animais de companhia adentra então um novo léxico, o qual nomeia formalmente os antigos “donos” de animais atualmente como *tutores* que os *adotam*.

Os autointitulados protetores são pessoas que se dedicam à proteção e ao bem-estar dos animais que eles chamam de abandonados, a partir de práticas como o resgate, a esterilização e a procura pela adoção responsável. O enfoque da proteção animal urbana costuma se dar sobre os animais domésticos urbanos, ou seja, predominantemente cães e gatos, além de alguns projetos de proteção a cavalos. A partir da mencionada ascensão de um sentimento zoofílico, os protetores tornam-se então atores cruciais no cenário urbano contemporâneo, possuindo uma espécie de “capital moral” aos olhos de uma parcela da população que compartilha desse sentimento zoofílico. Os protetores atualmente configuram-se, assim como os médicos veterinários (BLANC, 2003), entre os principais responsáveis pelo zelo e bem-estar de nossos “filhos de outra espécie”.

Na presente monografia irei me referir ao conjunto de protetores no feminino, visto que a quase totalidade do movimento da proteção animal urbana é composta por mulheres. Este, aliás, é um fenômeno observável não apenas na proteção animal, mas também na luta pelos direitos animais, não sendo exclusividade da proteção animal urbana, nem do cenário brasileiro (HERZOG, 2007; NEUMANN, 2010). Eventuais protetores do sexo masculino, então, estarão subentendidos no termo feminino plural “protetoras”.

Faz-se presente, tanto no campo, quanto na literatura, uma categorização que separa a proteção animal – por vezes percebida como um movimento bem-estarista - do abolicionismo

ou veganismo, o qual visaria não a um bem-estar ou proteção de algumas espécies, mas a uma ampla libertação animal nas sociedades humanas (categorização esta mais aprofundada em Sordi, 2011), e que também poderia ser analisado enquanto um movimento regido por uma “política de justiça”, em oposição à proteção animal, estruturada segundo uma “política de piedade” (LEWGOY & SORDI, 2014).

Quanto a esta categorização, foi possível perceber em campo que, apesar de os movimentos da proteção animal urbana e do abolicionismo (bem como do ambientalismo) possuírem *perfis diferentes*, e apesar de haver algumas barreiras diferenciadoras entre eles, tais movimentos compartilham *alguns* dos mesmos ideais e das mesmas pessoas, as quais circulam por mais de uma dessas três redomas. Além desta circulação de alguns expoentes por mais de um círculo, pudemos perceber de forma mais ampla alianças que são construídas entre os movimentos quando de causas específicas – geralmente em torno dos direitos animais. É importante notar, então, que tais barreiras categóricas, apesar de construções teóricas importantes para a organização das análises em torno do tema, não são absolutas e impermeáveis. O campo nos apresentou uma quantidade significativa de protetores que já tiveram alguma atuação em movimentos de direitos animais ou ambientalistas, ou que ao menos exerçam um diálogo com pessoas provenientes desses campos.

Passo a seguir para uma descrição do campo da proteção animal em Porto Alegre/RS a partir dos espaços de que pude participar e das interlocuções que estabeleci durante a etnografia – tal descrição não visa a uma totalidade do campo da proteção em Porto Alegre, visto que a etnografia é uma metodologia de pesquisa extremamente rica e que pode levar a um conhecimento profundo do campo, mas pouco apta para generalizações.

1. 1 A ETNOGRAFIA NO CAMPO DA PROTEÇÃO ANIMAL URBANA

Os interlocutores da presente pesquisa compuseram-se de simpatizantes e ativistas (protetoras) de grupos de proteção animal urbana, englobando tanto protetoras vinculadas a ONGs, quanto protetoras autônomas e simpatizantes da “causa animal”, os quais auxiliam voluntariamente as protetoras em suas práticas. A metodologia empregada para a pesquisa foi a etnografia, complementada por cinco entrevistas centradas não diretivas. Relato a seguir um pouco sobre a minha inserção no campo, os espaços de etnografia e as interlocuções realizadas para após fazer uma descrição do cotidiano e das práticas da proteção animal urbana, a partir do que pude observar em campo.

Minha inserção no campo da proteção animal enquanto pesquisadora se deu a partir da minha vinculação ao grupo de pesquisa Espelho Animal, liderado pelo Professor Bernardo Lewgoy. Especifico a minha inserção enquanto pesquisadora, visto que já era simpatizante do movimento antes de meu contato acadêmico com ele. Todavia, minha admiração e meu auxílio à proteção animal até então eram em sua maioria realizados à distância, e só fui ter realmente uma inserção no campo a partir da pesquisa. Esta tarefa, de inserção, foi uma das primeiras que tive enquanto bolsista de iniciação científica ao ingressar no grupo de pesquisa em junho de 2014.

Iniciei a inserção em campo no Brechocão da Redenção, evento beneficente para a proteção animal que ocorre mensalmente no segundo domingo de cada mês, em um espaço na Osvaldo Aranha cedido pela SEDA – Secretaria Especial dos Direitos Animais. Este se tornou o principal espaço de etnografia, tendo sido complementado por outros eventos beneficentes promovidos por protetoras, pela feirinha de adoção da SEDA que ocorre também na Redenção, pela visita a um sítio e a um abrigo para cachorros abandonados, além de espaços de articulação entre o movimento da proteção animal e a política institucionalizada - como é o caso das reuniões mensais da Frente Parlamentar Porto Alegre sem maus-tratos aos animais, liderada pela vereadora Lourdes Sprenger.



Figura 1 - Brechocão da SEDA. Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/seda/>

O campo dessa pesquisa desde o início me foi muito receptivo e acolhedor. As protetoras estão extremamente abertas para qualquer um que compartilhe de seu amor pelos animais e, no meu caso, realmente me inseri com um desejo de contribuir para o movimento da proteção

animal, para além do interesse etnográfico. Percebe-se então que a presente etnografia não se deu, como nos casos clássicos de choque cultural do antropólogo europeu frente a uma sociedade não ocidental, no meu contato com um grupo com o qual me caberia me familiarizar – pelo contrário, o processo mais difícil nesta etnografia foi o estranhamento. Foi apenas com o andamento da etnografia e com o surgimento de algumas controvérsias no campo que pude

fazer um distanciamento e um estranhamento em relação aos valores e aos paradigmas da proteção animal, e que pude tecer algumas reflexões mais críticas em relação a este movimento, desnaturalizando algumas de minhas próprias perspectivas.

Quanto às práticas do movimento de proteção animal, este parece possuir algumas regularidades em suas concepções sobre os animais, nas estratégias para sua proteção e nas categorias êmicas que utiliza (marcadas em itálico). Seu trabalho costuma se estruturar ao redor das seguintes concepções e ações: a identificação de *animais abandonados*, o *resgate*, o devido cuidado com estes animais, que passa por procedimentos veterinários de desverminação e vacinação, a educação do público geral visando à *castração* e ao controle populacional dos animais abandonados, por fim, a procura por *bons adotantes*, que pratiquem a *adoção responsável*.

A retórica do abandono é um tema constante e uma justificativa sempre retomada na proteção animal. Como coloca Andrea Osório (2011, p.4) em sua netnografia de uma comunidade no Orkut voltada à proteção de gatos:

Combate-se a noção de que *animais de rua* existam. Toma-se, na maior parte das vezes, a posição de que todos os animais do parque são *abandonados*, muitas vezes indicando-se diretamente que todos tiveram uma *família* um dia, referindo-se a uma unidade doméstica humana.

Assim, mesmo os animais que já nasceram na rua são percebidos como indiretamente abandonados, visto que a introdução desses cães e gatos na cidade se deu via o ser humano, que seria, então, responsável por eles. Santos (2014), que também desenvolveu etnografia no campo da proteção animal, sugere que o discurso do abandono venha a instigar uma responsabilidade moral coletiva sobre estes animais que conosco dividem o cenário urbano.

Os animais abandonados por vezes são resgatados em momentos de sofrimento e maus-tratos, sendo também frequente o resgate de animais atropelados, o que impulsiona de forma exorbitante o gasto com tratamentos veterinários. Em meio a este caminho, então, há a constante e problemática pressão dos recursos financeiros, que são sanados por meio da estruturação de redes de apoio, angariando simpatizantes da causa que ajudem com valores em dinheiro, ração, doações ou voluntariado, bem como por meio de eventos beneficentes, como é o caso do Brehocão. A composição e estruturação dessas redes que se pode pensar heterogêneas é uma questão importante a ser estudada, pois, sem estas, o trabalho de proteção provavelmente seria inviável. Esta questão será explorada adiante.

Com a renda advinda dos eventos beneficentes, as protetoras conseguem pagar principalmente as clínicas veterinárias, geralmente a maior fonte de dívidas, assim como casas de passagem para alguns dos animais resgatados que não conseguiram adotantes e não puderam

ficar em suas casas, além da ração, nos casos de protetoras que cuidam de um grande número de animais. Alguns grupos organizam brechós locais para além do Brehocão, outros dependem apenas da renda do Brehocão e de doações de simpatizantes para fazer o “trabalho” de proteção. A partir de uma mudança na estruturação do Brehocão, que determinou às protetoras a necessidade de escolha entre cadastrar-se para a participação no Brehocão ou para o atendimento veterinário na SEDA, algumas protetoras desvincularam-se deste evento, buscando então espaços alternativos para a realização de brechós, por vezes desvinculados do tema da proteção animal.

Quanto ao Brehocão mais especificamente, é um ótimo espaço para a etnografia, pois conta com um grande e constante número de grupos de proteção animal, possibilitando realmente uma pluralidade de contatos, tanto que estes não chegaram a ser esgotados, restando vários grupos com os quais ainda não foi feita uma interlocução. Entretanto, o contato com uma diversidade de protetores é em parte barrado pela incrível dinâmica deste evento, no qual as protetoras comercializam um sem número de artigos – desde roupas e bolsas até filmes e artigos para *pets* - em prol da causa animal. Participar deste evento significa, então, realmente “pôr a mão na massa” e ter dificuldade para parar em meio à ida e vinda de clientes e aos assuntos que surgem espontaneamente entre as protetoras. Os brechós beneficentes caracterizam-se, assim, enquanto eventos bastante dinâmicos, de grande circulação de pessoas e produtos, de sociabilidade dos ativistas e simpatizantes da proteção animal (principalmente intragrupos, mas também intergrupos), e extremamente cansativos, mas recompensadores.

A protetora Catarina¹ me relatou em entrevista a experiência do Brehocão, da doação de si que este envolve e das recompensas que traz da seguinte forma:

A gente faz o brechó, está cansada, está morta, tu já participou, aquilo ali é massacrante porque na realidade a gente arruma tudo antes, enche o carro, vai e descarrega o carro, arruma, passa o dia lá, né, naquele calorão infernal, frio infernal, passa lá. Tu vê, a gente não está ganhando nada, está lá no domingo, que podia estar com a família, né. Aí dizem “Ba, isso é loucura”, né, por isso que nos chamam de proteloucas né. [...] Então assim ó, é massacrante, mas no final eu sinto uma satisfação que é uma coisa inacreditável. Como é que pode sofrer tanto e sentir bom aquilo ali? Fim do brechó, quando a gente conta o dinheiro e “Ba, vai dar pra nós pagar as contas!”, sabe, é uma felicidade, é um troço assim.² (Fonte: Catarina/Entrevista).

Sobre esta protetora, Catarina, é uma protetora autônoma (não filiada a ONGs) que trabalha enquanto uma dupla junto a outra protetora, Vitória³. Juntas, uma vez por mês abrem

¹ Nome fictício. O leitor poderá perceber que os nomes fictícios são de grandes personagens históricos do sexo feminino. Tal escolha não é mera coincidência.

² As transcrições de entrevistas serão escritas fora de moldura, utilizando todo o alinhamento da folha e fonte 11, como forma de diferenciá-las das citações bibliográficas.

³ Nome fictício.

um brechó na garagem de Catarina, criando assim uma espécie de reputação no bairro onde moram e passando a ser reconhecidas como protetoras a nível local. Esta atuação local é uma característica comum a diversas protetoras. No caso de Catarina e Vitória, lhes fornece uma ampla gama de doações para o brechó, bem como de clientes – participei uma vez de seu brechó local e pude ver como a maioria dos clientes eram seus vizinhos e conhecidos. Por outro lado, essa reputação aumenta o risco de que ocorra o abandono de animais propositalmente em suas residências, o que já aconteceu algumas vezes. É comum os protetores esconderem suas localizações exatas (principalmente no caso de sítios e abrigos), por medo de se tornarem *zonas de abandono*, termo trazido por Matos (2012).

Florence⁴, que reside próximo a um bairro de periferia em Porto Alegre e exerce, segundo ela, um trabalho semelhante ao de líder comunitário no contato com estes moradores, fala sobre o “fazer a diferença” em um nível local, prática representativa da proteção animal urbana, não só no cuidado local a animais abandonados, mas também em ações educativas para com populações de baixa renda e/ou que não estão familiarizadas com o universo da proteção animal:

E isso aí eu acho que é importante, né, até a avó dessa cachorrinha, a mãe da menina que é a dona, ela me disse outro dia que, e isso é verdade, eu vejo isso, o comportamento das pessoas ali onde eu moro mudou muito, porque era cachorro pela rua e hoje veem um cachorro na rua, já resgam, já perguntam “Florence, tu consegue castração?”. Sabe, assim, vou, atendo, “faz isso, dá banho, bota esses remédios, dá um capstar, capstar é pra pulga”, e essas orientações, assim, o básico que eu sei da minha vivência, assim. E vermífugo, tem que dar, tem que vacinar, essas coisas assim. Tipo assim, um líder comunitário. [...] tu tem que fazer a diferença, tu não precisa fazer coisas grandiosas, mas tu faz dentro da tua comunidade, com o teu vizinho. Então assim, com relação aos cachorros todo mundo me chama quando precisa. (Fonte: Florence/Entrevista).

As feiras de adoção são outro espaço interessante para a etnografia, pois permitem uma maior observação da relação humano-animal que os eventos beneficentes, espaços predominantemente humanos. Todavia, mais uma vez, como fazer etnografia junto a estes grupos que têm uma real necessidade de voluntariado significa “pôr a mão na massa”, torna-se difícil cuidar dos animais, geralmente filhotes, e observar a relação humano-animal ao mesmo tempo. As feiras de adoção, então, se caracterizam como espaços extremamente dinâmicos, nos quais os filhotes, mesmo estando presos em cercados ou gaiolas, necessitam de atenção e cuidados constantes – choram, pedem colo, tentam fugir, derrubam a água, brigam uns com os outros e fazem suas necessidades, tudo ao mesmo tempo. É um esforço significativo levar

⁴ Nome fictício.

filhotes para a feira, e a recompensa é a possível adoção responsável como resultado de tal esforço.

É digno de nota que as feiras de adoção costumam se centrar em torno de *filhotes* (tanto de cão, quanto de gato), visto a enorme popularidade destes em comparação aos adultos. Assim, quando uma protetora possui um filhote sob sua responsabilidade, o investimento sobre esse animal é extraordinário: tira-se muitas fotos do animal, esforça-se para deixá-lo esteticamente agradável, compartilha-se exaustivamente o caso em redes sociais e, quando é possível, leva-se o animal às feiras de adoção. Todo esse investimento visa ao sucesso de uma adoção responsável antes que este filhote cresça o suficiente para perder seu “encanto infantil”. Tal diferença gritante entre as chances de se conseguir uma adoção para um filhote e para um adulto já é por si só um forte indício da infantilização dos animais de companhia na contemporaneidade – o animal ideal a ser adotado é, literalmente, um bebê de sua espécie. Abaixo alguns exemplos de fotos de filhotes que me foi pedido tirar com este intuito.



Figura 2 - Foto de filhote. Fonte: acervo pessoal.



Figura 3 - Foto de filhotes. Fonte: acervo pessoal.

Em minhas experiências em tais feiras pude presenciar a interação do público com os animais e o momento do contrato de adoção. De forma frustrante para as protetoras, a grande maioria das pessoas que se aproximam para interagir com os animais e questionar sobre eles não têm a mínima intenção de adotá-los – e, quando o tem, geralmente são crianças tentando convencer seus pais relutantes a “lhes dar um bichinho”. Se tal fenômeno é estressante para quem torce por uma adoção, por outro lado é representativo do prazer que as pessoas têm na simples interação com o animal, mesmo que esta não tenha objetivo algum para além da interação momentânea. As crianças, principalmente, parecem possuir um vínculo especial com os animais, sendo poucas as que passam pela feira sem interagir com eles. O contrato de adoção se caracteriza por ser um momento delicado de investigação, bem como de negociação, entre a

protetora e o possível adotante. Este contrato faz parte da procura pela adoção responsável, que será abordada adiante.

Quanto aos sítios, abrigos e casas de passagem, estes são bastante diversos. As casas de passagem são motivo de desconfiança para as protetoras, havendo relatos de casas de passagem que não divulgaram fotos e notícias dos animais lá abrigados, que negligenciaram os animais ou que não permitiram que as protetoras tivessem contato com os animais abrigados. Todavia, não tive contato pessoal com esse tema. Tive a oportunidade de conhecer dois abrigos e um sítio. Estes espaços por vezes são elogiados, por vezes severamente criticados pelas protetoras, com base na quantidade de animais abrigados, nas condições de vida destes animais (se possuem espaço o suficiente, ou se vivem em canis apertados ou presos a coleiras) e na diferenciação entre protetoras e *acumuladoras*⁵. De forma geral, entretanto, são percebidos como espaços não ideais para a existência de animais de companhia – estes seriam mais felizes vivendo junto a uma família multiespécies.



Figura 4 - Visita a sítio. Fonte: acervo pessoal.

Por fim, há que caracterizar o espaço de interação entre a proteção animal urbana e a política institucionalizada. Este não é um tema que será mais profundamente explorado nesta monografia, exatamente por ser um campo denso e pleno de possibilidades – demandaria uma monografia só para si. Trarei aqui de forma breve a minha

experiência etnográfica neste campo. Hoje há em Porto Alegre três figuras políticas principais que foram eleitas pela “causa animal”: a vereadora Lourdes Sprenger, a deputada estadual Regina Becker e o deputado estadual Gabriel Souza. O vereador Rodrigo Maroni também se coloca enquanto simpatizante da causa. Pessoalmente, tive a oportunidade de participar de algumas reuniões da Frente Parlamentar Porto Alegre sem maus-tratos aos animais e de acompanhar o processo político vinculado ao Projeto de Lei 21/2015, de autoria da deputada

⁵ “Acumulador” é um conceito êmico que designa o protetor que perdeu os limites em seu envolvimento com a proteção. Acumuladores possuem mais animais em casa do que são capazes de cuidar ou de prover financeiramente, tornam-se, dessa forma, agentes de negligência ou envolvidos em sérias dívidas financeiras.

Regina Becker, contra o sacrifício de animais – Projeto que rendeu um embate com as religiões de matriz africana.

As reuniões da Frente Parlamentar se apresentam basicamente enquanto espaços de divulgação de temas vinculados à proteção animal e como um canal aberto de diálogo entre figuras políticas eleitas e a proteção animal urbana. Tenho conhecimento sobre outros canais como esse, que se estruturam sobre reuniões entre figuras eleitas pela proteção animal e representantes do movimento. Um grande diferencial das reuniões da Frente Parlamentar em relação a estes outros canais é de que as primeiras são veiculadas nas redes sociais e estão abertas para qualquer cidadão que se interesse pelo tema. Na minha percepção, tal canal de comunicação é uma prática bastante democrática e positiva.

O Projeto de Lei 21/2015 rende uma imensa e controvertida análise e não será foco da presente monografia. Ainda assim, é etnograficamente importante reconhecer que acompanhei a tramitação do Projeto na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e que tal experiência etnográfica teve impacto em minha compreensão da redoma da proteção animal urbana e dos valores e paradigmas daqueles que se identificam com um sentimento zoofílico.

Quanto a este Projeto, limito-me a comentar que foi um momento de temporária dissolução de barreiras internas à proteção animal e à causa animal como um todo. Ou seja, divergências políticas internas à proteção animal foram temporariamente postas de lado ao unirem-se contra um “inimigo comum” – no caso, as religiões de matriz africana. Da mesma forma, a proteção animal urbana e movimentos abolicionistas e veganos também se uniram, fato que só parece ocorrer em algumas manifestações de ativismo pontuais.

1. 2 IDIOSSINCRASIAS DO MOVIMENTO

A questão mais importante a ser destacada em relação à proteção animal é a dedicação imensa, tanto emocional, temporal, quanto financeira, que o envolvimento voluntário neste movimento acarreta. Assim, a dedicação à proteção animal é frequentemente descrita como onerosa e causadora de sofrimento, tornando-se explícito que estas pessoas enfrentam uma sobrecarga de casos para atender e de recursos financeiros para mobilizar. Tal dedicação não deixa de trazer consequências para a vida social, financeira e afetiva das protetoras. No âmbito financeiro, lida-se com tais dificuldades através do acionamento da rede de simpatizantes, de instituições públicas (como a Secretaria Especial dos Direitos Animais) e de veterinários apoiadores que proporcionam custos mais baixos às protetoras. Também é necessário o

desenvolvimento de uma capacidade de renunciar ajuda a certos casos, para que o protetor em questão não se torne um *acumulador* nem passe a sofrer dificuldades financeiras pessoais.

Quanto às relações afetivas, apesar de tais dificuldades não serem regra, por vezes o envolvimento na proteção animal pode ser motivo para atritos na família, principalmente quando há membros que não compartilham de um sentimento zoofílico, ou na presença de familiares/cônjuges ciumentos em relação à atenção concedida aos animais não humanos. Há, porém, casos opostos, de apoio familiar e conjugal no envolvimento com a proteção animal.

A motivação para tamanha dedicação é relatada como *amor aos animais*, certamente o *valor supremo* da proteção animal. Outros valores que parecem ser importantes para a proteção animal são: a caridade, a compaixão, o fazer o bem, a empatia que permite a sensibilização para com o sofrimento do animal, e a tomada de ação a partir dessa sensibilização. Diversas vezes o envolvimento na proteção animal não é relatado enquanto uma *escolha*, mas como algo que sempre esteve presente, em maior ou menor intensidade, na realidade da protetora, algo como uma disposição inerente para a conexão com o animal.⁶ Trago um exemplo de meu diário de campo: “Anita⁷ me disse que não foi ela que escolheu ser protetora, mas que foram os animais que escolheram ela. Relatou que só de olhar para os olhos de um animal ela sabe o que ele está sentindo, sabe se ele é feliz ou não com seu dono, que ela entende os animais.” (Fonte: Diário de campo).

Liziane Gonçalves de Matos (2012), em sua etnografia em um abrigo de animais em Caxias do Sul, traz a importante reflexão sobre a missão e a dádiva que perpassam o trabalho da proteção. Em suas palavras: “Ajudar um animal abandonado equivaleria a uma dádiva, empenhando tempo, afeto e dinheiro no cuidado deste. [...] No caso da ajuda animalitária, o contra-dom é o ‘amor incondicional’ que protetores alegam receber dos animais que ajudam.” (MATOS, 2012, p. 53).

Érica Pastori, em sua dissertação de mestrado baseada na etnografia realizada em uma *pet shop* de Porto Alegre, traz, de forma semelhante à ideia de “missão”, o conceito de Bromberger (1998 *apud* PASTORI, 2012) de “paixões ordinárias”. Segundo o autor, estas viriam a preencher algo como um vazio deixado pela modernidade, a partir de sua ênfase no indivíduo em detrimento de projetos de edificação coletiva da sociedade. Assim, de forma

⁶ Ressalto que um tema constante nas entrevistas realizadas é a questão geracional da proteção animal, questão que já estava sendo investigada pelo grupo de pesquisa Espelho Animal. É raro uma protetora não ter tido um exemplo de amor aos animais em sua família, e não ter tido contato com animais durante a infância. Portanto, pode se especular que as origens de tal “disposição inerente” se situem na vivência familiar e infantil.

⁷ Nome fictício.

paralela à vida familiar e à dedicação profissional, o doar-se a uma dessas paixões estaria associado à ideia de uma existência pessoal plena.

Algumas de minhas interlocutoras me ajudaram de forma semelhante a pensar nesta categoria de “missão”, a partir de seus relatos nas entrevistas realizadas. Assim, Anita relata com um misto de tristeza e de alegria não conseguir mais se envolver com algumas das atividades que lhe traziam prazer antes da entrada na proteção animal:

Ela sempre me convida para participar de exposições, e eu quero e eu não tenho cabeça. Aí ela dizia assim, “Anita, a tua causa é maior. A tua causa vale mais, é maior”. Então ela me deu um apoio, né, disse assim “A tua causa é maior, vai em frente”, ela é espírita né. (Fonte: Anita/Entrevista).

Catarina fala sobre o início de seu envolvimento na proteção da seguinte forma:

É bem diferente né, os filhos já estavam grandes, daí já, a mentalidade da gente muda também. Sim, onde os filhos estão grandes, eu digo, ficar o que, sentada fazendo tricô ou vendo televisão? Eu não! Eu sou muito agitada para estar parada. Foi quando eu decidi, que eu olhei e disse assim: “Vou fazer uma parte filantrópica. Vou fazer uma coisa filantrópica. Que que eu vou fazer? ”, pensei. (Fonte: Catarina/Entrevista).

É digno de atenção que Catarina, para além de sua “parte filantrópica”, tem uma profissão. Penso talvez abrir-se a possibilidade para que a ideia de missão descrita por Weber (2004) em “A Ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”, então estritamente vinculada ao trabalho como forma de vocação pessoal e de serviço a Deus, tenha de alguma forma se deslocado para a redoma das Organizações Não Governamentais e do voluntariado, local de certa forma sacralizado por seu escape à construção de relações baseadas no dinheiro e; portanto, construídas a partir da premissa da impessoalidade (SIMMEL, 1896).

O sofrimento advindo do envolvimento na proteção, pela dedicação trabalhosa que esta envolve, pelas dificuldades financeiras que esta traz e pela necessidade de se lidar com o sofrimento e eventual morte dos animais resgatados, pode então ser suportado em nome de uma missão ou de uma “causa maior” – a causa animal.

Como já observado em Lewgoy e Sordi (2014), o bem-sucedido envolvimento na proteção animal depende da construção de uma *carreira moral*, ou seja, há que se mostrar moralmente incólume perante os demais protetores e simpatizantes, especialmente no que tange à alocação dos recursos obtidos através de doações e de eventos beneficentes. Para tanto, as protetoras valem-se de armas morais que as protejam perante possíveis boatos que possam por um motivo ou outro surgir. Quer a prestação regular de contas, quer eventuais discursos de que não se aceita dinheiro, apenas doações, possuem essa função defensiva perante a coletividade.

Quanto à prática da proteção em seus cuidados para com os animais não humanos, tal prática normalmente se desenvolve de forma cíclica: resgate – cuidados (desverminação, vacinação, cuidados clínicos se necessário) – castração, quando adulto - procura por adotantes – novo resgate. Tal ciclo se desenvolve por vezes com o mesmo animal, quando o adotante se

revela um *mau adotante*. O *bom adotante*, praticante da *adoção responsável*, possui alguns requisitos mínimos, que são checados ao máximo antes de se oficializar a adoção a partir do contrato de adoção. É feito, então, uma espécie de interrogatório para tentar distinguir o bom adotante do mau adotante; se este “passar no teste”, deve assinar o contrato de adoção que traz alguma segurança legal de que o adotante não irá abandonar o animal, maltratá-lo ou usá-lo para fins comerciais. O bom adotante, então, é caracterizado como aquele que irá tratar o animal como *membro da família*, que irá atentar para sua saúde (as condições financeiras para acessar clínicas veterinárias são aí um fator de escolha velado), que não irá adotá-lo com fins utilitaristas (como cuidar de uma casa ou construção inabitadas, por exemplo), que não irá mantê-lo preso e que se comprometerá com sua castração. O adotante ideal é aquele que irá tratar o animal como um *filho*.

A castração, no universo da proteção, não é percebida como uma escolha do “proprietário” ou “tutor” do animal, mas como uma condição *sine qua non* para a adoção. Algumas protetoras, após passarem por experiências de adotantes que se comprometeram a castrar animais e não o fizeram, não mais colocam animais para adoção sem estes já estarem devidamente esterilizados. Tais atitudes por vezes são percebidas pelos adotantes como invasivas; entretanto, as protetoras possuem argumentos calcados em experiências próprias para colocar tais exigências. A castração é extremamente valorizada no campo da proteção animal por ser o método mais eficaz – e mais saudável para o animal – de controle populacional e prevenção de gravidez. Ninhadas de filhotes abandonados são geralmente fruto de gravidez canina ou felina indesejada pelo tutor, logo, a simples medida de castração dos animais, atualmente tão acessível, solucionaria uma parcela do problema do abandono.

O campo demonstra a experiência que as protetoras adquirem em detectar os maus adotantes, a partir de inúmeras vivências com animais que tiveram que ser novamente resgatados ou que foram abandonados após a adoção. O contrato de adoção, então, surge não apenas como um instrumento de responsabilização do adotante a partir de seu comprometimento com o contrato, mas também como uma ferramenta de triagem entre os bons e os maus adotantes, vindo a complementar a intuição da protetora nesta questão. A partir disso, a questão do contrato de adoção é um tema a ser abordado e que pode ser pensado como análogo aos trâmites vinculados à adoção infantil (LEWGOY & SORDI, 2014).

A protetora Catarina utiliza o conceito “termo de adoção”, comentando sobre este da seguinte forma:

Quando é filhote, tentar com o termo de adoção que obriga a castração já monitorar na época que o bicho vai entrar, cinco, seis meses, e começar a fazer aquele trabalho de indicação para castrar né. É

assim que a gente faz e claro que no termo de adoção se faz um interrogatório, tem uns pega ratão, tu vai saber se a pessoa “Ah, meu bichinho fugiu, foi atropelado”, a gente já pensa duas vezes. Não está cuidando direito, né. Ou “meu bicho fica preso na corda”, esse a gente já nem doa, né. E tem uns pega ratão assim que é fácil de pegar, as pessoas vão falando, falando. E muitos a gente nega né Vivi, tu já participou ali, né, não é por maldade, é porque assim, po, nós já pegamos, estamos gastando, estamos trabalhando, e ainda vamos doar pra se sentir mal. Não, né. (Fonte: Catarina/Entrevista).

Este momento de investigação e de instigação a um comprometimento por parte do adotante é um momento delicado que, como já colocado, incomoda uma parcela dos possíveis adotantes. O que pode ser percebido como rigor ou exagero de cuidados por parte destes, todavia, é pensado pela proteção animal como uma forma de cuidado para com um ser que já passou por sofrimentos e no qual a protetora investiu uma considerável quantia de tempo, afeto e dinheiro. Ter que passar pela experiência de fuga, abandono, maus-tratos ou morte de um animal no qual se investiu emocionalmente é uma experiência extremamente desagradável, a qual as protetoras evitam passar apoiando-se na agência do contrato de adoção.

Osório (2011, p. 52-53) emprega um termo similar ao utilizado aqui (adoção responsável), conceituando posse responsável como: “um protocolo de manejo de animais de estimação, mormente destinado a cães e gatos, pelo qual o proprietário de um animal é instruído a seguir determinadas condutas que visam garantir o bem-estar do próprio animal e a saúde da população humana e não-humana”. A autora posteriormente complementa a ideia de manejo, descrevendo a posse responsável também como uma ideologia empregada para reger a relação entre humanos e animais de companhia. Tal ideologia visa ao bem-estar do animal de companhia, entretanto torna-o crescentemente dependente do mantenedor humano.

Por fim, há que mencionar as redes heterogêneas⁸ que permitem o desenvolvimento da proteção animal em Porto Alegre. Como já mencionado, é evidente a importância de uma rede de simpatizantes, apoiadores da causa, veterinários parceiros, patrocinadores e órgãos públicos que auxiliem o protetor em seu cotidiano (LEWGOY & SORDI, 2014). Sem uma tal rede, é impossível para os protetores realizar seu trabalho, o qual provém majoritariamente de fontes privadas de renda.

Além da questão da agência dos próprios animais não humanos imbricados no fazer da proteção animal, questão que será desenvolvida no próximo capítulo, postulo a existência de um importante papel protagonizado pela agência da ração nas redes heterogêneas da proteção

⁸ Quanto ao conceito de rede heterogênea, este postula que as organizações sociais, bem como os agentes, são efeitos gerados por redes compostas de diversos materiais, tanto humanos quanto não humanos. A consolidação de uma dada rede é o que permite que esta tenha a aparência de um ator pontual – para ilustrar tal ponto, Law (1992) nos fornece o exemplo do governo britânico, o qual compreende um enorme conjunto de atores, mas é tratado pela mídia e pela academia geralmente como um ator singular.

animal urbana. Grande parte das campanhas que são promovidas para/pela proteção animal envolvem a arrecadação de ração. Como foi verbalizado em uma reunião da Frente Parlamentar Porto Alegre sem maus-tratos aos animais, se não fossem as protetoras, provavelmente a indústria da ração não teria o alcance e o sucesso que tem. E o contrário também é válido. Como se alimentaria de dezenas a centenas de animais, como os que vivem em alguns sítios, sem uma comida específica para o suprimento das necessidades destes, que é de fácil manipulação e transporte, que não envolve o dispêndio de tempo em prepará-la e que não é perecível? Será que campanhas de arrecadação de alimentos não perecíveis para animais não humanos seriam viáveis e teriam sucesso como as campanhas de arrecadação de ração o têm?

A partir disso, em uma visão um pouco mais pessimista, poderíamos igualmente analisar o quanto o *boom* do fenômeno pet aliado ao *boom* da indústria da ração colocou pressão sobre a pecuária globalizada e tudo o que ela acarreta. A ração, apesar de não ser um ser humano, definitivamente possui agência.

Outro agente não humano cuja importância é destacada, inclusive no discurso das próprias protetoras, é a internet e suas redes sociais. Não se concebe mais a proteção sem o recurso ao compartilhamento de informações em redes sociais e as associações que se formam *online* quando do aparecimento de um caso que demanda atenção. Tal é a importância da internet no cotidiano da proteção animal urbana que uma das campanhas de arrecadação do Projeto Bicho de Rua foi para a compra de um novo computador para uma protetora em necessidade, a partir do discurso de que a internet é *indispensável* para a proteção.

O Facebook, especialmente, com seu recurso ao compartilhamento público de postagens, à marcação de pessoas nestas e às curtidas que elevam a visualização de uma postagem, possui uma agência específica para a divulgação de casos de sofrimento animal e para a articulação coletiva em torno destes casos. Em uma das entrevistas realizadas, destacou-se a forma como uma protetora tomou como guia as redes sociais para situar temporalmente uma ação sua de proteção, primeiramente estando em dúvida quanto à época, para em seguida lembrar-se que “era na época do Orkut”, visto que ela encontrou uma veterinária para aquela situação a partir de uma comunidade desta rede social.

Concluindo, penso ser possível, inclusive, que a emergência das redes sociais tenha sido um dos fatores que levaram à popularização da proteção animal, que ganhou assim um espaço de articulação coletiva e de difusão de *imagens zoofílicas*. Ao menos, a agência destas mídias parece ser crucial na forma como os protetores e simpatizantes se associam e se articulam para a resolução e propagação dos casos atualmente.

2 O ANIMAL MEMBRO DE FAMÍLIA

Erica Fudge, em seu livro intitulado “Animal”, nos propõe uma questão inquietante: é um pet um animal? Segundo a autora, um pet é um animal que adentra nosso espaço doméstico humano, que vive conosco em nossas casas, que recebe um nome individual, que é tabu de alimentação e que frequentemente é percebido como um membro da família. Assim, Fudge (2002, p. 28) coloca que: “[...] nessa base, é possível ver os pets constituindo uma classe diferente de criatura. Eles são tanto humanos quanto animais; eles vivem conosco, mas não são nós; eles têm nomes como nós, mas não podem nos chamar por nossos nomes.” (tradução nossa).

Historicamente, a autora nos relembra de que quando um animal, doméstico e comestível, foi removido do contato próximo a humanos, então outro animal, individualizado e incomestível, entrou em cena. Isso ocorre em um momento em que a arquitetura das casas se modifica em direção a uma maior privacidade; ou seja, uma nova individualidade humana estava a se formar ao mesmo tempo em que a individualidade do pet também se desenvolve.

Além de terem sido crescentemente individualizados, é interessante notar como os pets foram crescentemente humanizados. Hoje podemos observar cachorros e gatos que não apenas possuem nomes humanos, mas inclusive segundos nomes e sobrenomes. Trarei a seguir um breve histórico da questão animal no contexto ocidental, visando a destacar a magnitude da transformação de nossa relação com os animais não humanos e, especialmente, com os animais de companhia no decorrer dos últimos séculos.

2. 1 BREVE HISTÓRICO DO ANIMAL NO OCIDENTE

O que significa ser um animal, a forma como nos relacionamos com estes e os tratamos, e inclusive a existência ou não das categorias “animalidade” e “humanidade” variam enormemente, dependendo do contexto histórico e cultural em questão. Este histórico, como colocado, atentar-se-á para a transformação das relações humano-animais e da barreira divisora entre a humanidade e a animalidade no universo ocidental por motivos de escopo; todavia, a comparação com culturas não ocidentais é extremamente rica e complexa justamente pelo motivo de muitas dessas culturas não se guiarem pelas categorias purificadoras características da modernidade ocidental – natureza/cultura, humanidade/animalidade, sujeito/objeto (LATOURE, 1994).

Vários autores apontam o surgimento do modelo agropastoril como um ponto de não retorno em relação ao modo de vida dos coletores-caçadores, identificando nesta transformação do modo de produção a origem de uma mudança de atitude em relação aos animais e à natureza, de forma mais abrangente. Dominique Bourg (1997) fala assim de um primeiro recuo da natureza, no qual alguns ecossistemas são substituídos por agrossistemas, em um processo de artificialização do meio que resulta no surgimento de novas espécies animais e vegetais, resultantes da seleção artificial humana. Desenha-se, assim, um cenário de maior controle em relação à natureza e aos animais não humanos.

As cidades-estados gregas trazem uma multiplicidade de postulações filosóficas sobre a animalidade, como a posição pitagórica e platônica de que certos animais reencarnavam almas humanas, possuindo, portanto, racionalidade (IRVINE, 2004). Apesar da multiplicidade citada, pode-se dizer que a Grécia teve um papel importante na estruturação da orientação antropocêntrica e dominadora em relação aos animais (e à natureza, de forma mais geral) tipicamente ocidental, especialmente a partir dos escritos de Aristóteles. Tal filósofo organizou os seres existentes no mundo a partir de uma ordenação, na qual o ser humano figurava como superior aos demais animais por ser o único dotado de racionalidade (FEIJÓ, 2005). Aristóteles mais tarde veio a influenciar profundamente o pensamento de São Tomás de Aquino, o qual será contemplado adiante.

Irvine (2004) acusa as religiões abraâmicas de justificarem uma forma específica de antropocentrismo denominada “dominionismo”, ou seja, o direito concedido por Deus à humanidade para que esta reinasse sobre a natureza. Fudge (2002) refere-se à mesma interpretação do Cristianismo, segundo a qual, como Deus possui poder absoluto sobre Adão, da mesma forma possui Adão um poder absoluto sobre os animais. O trecho de Gênesis 1:28 traz um bom exemplo a justificar este ponto de vista: “Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra”⁹.

Há, entretanto, quem defenda uma interpretação distinta da posição cristã em relação aos animais. Segundo esta vertente, a relação cristã com o mundo natural é simbolizada pelo ato de nomeação dos animais por Adão, a partir do qual o homem reconhece sua responsabilidade perante os animais (FUDGE, 2002). Assim, o papel humano perante os animais estaria mais próximo do modelo do pastor que do mestre, e a natureza derivaria sua

⁹<http://www.bibliaon.com/versiculo/genesis_1_28/>.

importância de ser obra do Criador. A natureza enquanto obra do Criador pode ser observada, por exemplo, na comunhão com as criaturas buscada por São Francisco de Assis, como forma de louvor a Deus e na esperança de que as criaturas lhe revelassem algo do Criador (FEIJÓ, 2005).

A realidade histórica cristã, entretanto, é de que durante muitos séculos a Igreja Católica foi extremamente rígida quanto à barreira humano-animal e à punição daqueles que a afrontassem. Fudge (2002) apoia-se em Lawrence para a arguição de que no início do Cristianismo a distinção entre humanos e animais foi especialmente importante como forma de distinguir cristãos de pagãos. Assim, devido à possibilidade de transfiguração de animais em humanos, e vice-versa, em religiões pagãs, a Igreja em seus primórdios impôs uma doutrina de diferenças *qualitativas* entre humanos e animais.

Tal separação purificadora foi solidificada no século XIII por São Tomás de Aquino, que resgatou a filosofia aristotélica e afirmou como única parte da alma capaz de sobreviver à morte a parte racional. Desta forma, o alegado irracionalismo dos animais passou a ser justificativa para a não obrigação moral perante eles. São Tomás de Aquino pregava contra a crueldade infligida a animais, porém apenas por sua possibilidade de aticar a crueldade também contra humanos. Tal perspectiva é muito influente até hoje, sendo denominada “dever indireto” (IRVINE, 2004).

A rigidez católica na separação qualitativa entre humanos e animais não teve consequências funestas apenas para os últimos, é importante lembrar. A Inquisição comissionada em 1231 pelo Papa Gregório IX considerou heréticos os relacionamentos com animais que não fossem condizentes com a visão antropocêntrica da Igreja. A relação de companheirismo hoje tão preeminente no vínculo com os animais de companhia (então as “bestas”) foi motivo para muitos hereges irem à fogueira junto aos seus animais. Os primeiros eram acusados de bestialidade ou bruxaria; os segundos, de serem “familiares”, companheiros diabólicos que faziam malfeitos em troca de comida e abrigo (IRVINE, 2004). Gatos, especialmente, foram bastante visados pela Inquisição, tornando-se um símbolo do demônio a ser torturado e executado em dias sagrados.

Ainda durante a Idade Média, apesar da intensa separação entre animalidade e humanidade então vigente, alguns grupos sociais tiveram a possibilidade de desafiar o dogma da Igreja e viver em proximidade com animais. Este foi o caso do vínculo entre a nobreza e os cachorros. Na medida em que a caça se tornou de uma necessidade para a sobrevivência em um esporte da elite masculina, certos cachorros, habilidosos na caça, passaram a adentrar os círculos da nobreza, ocupando determinados lugares dentro destes (IRVINE, 2004).

Cachorros de colo (*lap dogs*) também passaram a ser introduzidos nos círculos nobres, especialmente enquanto companhias animais de mulheres. Por sua então percebida enquanto “funcionalidade” de prover carinho e consolo, eram chamados de confortadores. A associação destes animais à feminilidade tornou-os alvo de crítica – assim como já havia acontecido com os gatos. Entretanto, tornaram-se comuns em cortes europeias já no século XV, conforme atestam retratos da realeza (IRVINE, 2004).

Como aponta Irvine (2004), já então a barreira entre animais humanos e não humanos tornou-se também fonte de distinção entre diferentes grupos sociais humanos. Enquanto a nobreza incorporava a caça como esporte e os cachorros como companheiros funcionais, os pobres eram proibidos de caçar na Inglaterra e, conseqüentemente, proibidos de possuir cachorros de caça. Os animais com os quais convivessem as camadas sociais que possuíam menos recursos eram vistos pela elite como sujeitos e portadores de doenças, certamente inferiores aos cães viris, de caça, da nobreza (DEMELLO, 2012).

Apesar da convivência com cachorros em um modelo similar ao de animal de companhia documentada já no século XV, como é o caso dos *lap dogs*, não podemos esquecer que a forma de se pensar os animais e de se estabelecer relações com eles mudou drasticamente desde então. Um indício de tais mudanças é o fato de ter sido apenas no século XIX que os *pets* receberam status legal, ainda que enquanto propriedade. Fudge (2002) demonstra o significado de tal falta de status legal a partir do exemplo de um jurista, William Lambard, o qual argumentava no século XVI que, se um animal não servisse a nenhuma *função prática*, então ele não possuía nenhum valor e roubá-lo não poderia ser considerado um crime. Tal exemplo torna perceptível o universo de diferença que separa a relação atual com os animais de companhia das relações que eram travadas então.

Ao longo do desenvolvimento da era moderna, o debate ocidental sobre a separação humanidade/animalidade deixa de ser de domínio da Igreja e adentra a redoma da ciência. A partir desta mudança, tal separação, antes dogmaticamente rígida, começa a flexibilizar-se.

É bastante conhecido o diminuto apreço de Descartes pelas capacidades animais, estes concebidos então como autômatos incapazes de ter consciência sequer de sua própria dor. Alguns proponentes do Iluminismo iriam mais tarde discordar da perspectiva cartesiana, como Voltaire, o qual não apenas manifestou seu desacordo com a forma cartesiana de pensar o animal como máquina, como colocou-se contra a prática da vivissecção (FEIJÓ, 2005). Outro exemplo notório é o de Jeremy Bentham. Para além de sua influência sobre filósofos animalistas, como Peter Singer, sua resposta à crueldade contra os animais repercute ainda nos dias de hoje, sendo frequentemente citada por aqueles que defendem os direitos animais:

Um cavalo ou um cachorro adulto é sem dúvida um animal mais racional, e também mais social, que uma criatura humana de um dia, uma semana ou inclusive um mês. Mas, suponhamos que não fosse assim, que importaria? A pergunta não é: *podem raciocinar?* Ou *podem falar?* Mas, *podem sofrer?* [grifo do autor] (BENTHAM, 1973 *apud* FEIJÓ, 2005, p. 49).

Os estudos a partir da vivissecção, defendida pelos adeptos do paradigma cartesiano, só vieram a demonstrar a similaridade anatômica e biológica entre os corpos de animais humanos e não humanos, tornando o argumento da falta de consciência da dor crescentemente paradoxal (IRVINE, 2004). O século XIX traria consigo um grande baque ao paradigma da excepcionalidade humana a partir, principalmente, da teoria evolucionista de Darwin. A barreira histórica erigida entre os seres humanos e todos os outros seres já sofrera então uma significativa erosão, como é perceptível na fala de Darwin (1871 *apud* IRVINE, 2004, p. 50) de que: “não há diferença fundamental entre o homem e os mamíferos superiores em suas faculdades mentais” (tradução nossa), fala impensável na perspectiva de séculos anteriores.

Derrida constata nos dois últimos séculos uma tensão crescente entre um aumento da violência perpetrada contra os animais, atingindo um número de animais sem precedentes, e um aumento dos esforços éticos pelo bem-estar animal e, mais recentemente, pelos direitos dos animais (PAIXÃO, 2013). Ao mesmo tempo em que a grande barreira divisora entre nós e todos os outros animais se tornou crescentemente fina e transponível, os desenvolvimentos científicos e industriais nos levaram a um domínio e a um impacto tão maiores sobre a natureza.

O século XIX trouxe consigo também a emergência do fenômeno pet. Foi apenas então que se iniciou a prática de dar nomes humanos a pets (THOMAS, 2010), que um contingente maior de pessoas possuía recursos para poder manter animais apenas por sua companhia, e que a indústria pet começou a deslanchar. Em 1860, a primeira ração comercial para cachorros foi comercializada na Inglaterra, chegando aos Estados Unidos apenas no século XX (DEMELLO, 2012). Em 1910, surgiam os primeiros anúncios de lojas comercializadoras de filhotes de raça e produtos para cachorros em Paris e os primeiros cemitérios para animais no Estados Unidos foram fundados em 1898 e 1906 (IRVINE, 2004).

Uma das causas para a ascensão dos pets no século XIX, segundo a historiadora Katherine Grier (2006 *apud* DEMELLO, 2012), foi o desejo de famílias vitorianas de ensinar aos filhos virtudes da classe média, como gentileza e autocontrole, através dos animais de companhia. Moralistas do período acreditavam que ter um relacionamento com um animal poderia instilar tais traços positivos na criança.

Apesar de uma crescente democratização do vínculo com o animal de companhia, interpretado por DeMello (2012) como consequência da ascensão de uma classe média então economicamente capaz de tal prática anteriormente mais associada à elite, nem todos os animais

de companhia obtiveram igualdade nesse movimento de popularização e democratização. A maioria das raças de cachorro hoje existentes são provenientes da era Vitoriana e, desde então, estas foram tratadas como sendo de uma classe distinta em relação aos cachorros desprovidos de raça. Irvine (2004) traz, a partir dos dados da historiadora Harriet Ritvo, a forma os animais desprovidos de raça foram historicamente alvos de acusação de diversas disfunções, entre elas, de serem mais vulneráveis à raiva que animais de raça pura. Licenciamento e taxas para a posse de animais tornaram-se práticas comuns em muitas cidades americanas e europeias, se constituindo em um empecilho para certas classes sociais.

Os gatos foram incluídos em lares humanos como animais de companhia mais tarde que os cachorros, sobre os quais a literatura é muito mais abundante. Gatos também se tornaram objeto de criação seletiva, mas o foram com menos sucesso que os cachorros. Segundo Irvine (2004), a criação de raças puras objetivou reduzir traços da natureza animal do pet, coagindo-os a comportarem-se enquanto membros de família adequados.

Encerrando este breve histórico, no contexto contemporâneo ocidental os animais de companhia encontram-se como parte do espaço do lar em uma dinâmica familiar conceituada como *família multiespécies*. Me focarei agora neste conceito e na relação de membro de família travada com o animal de companhia, segundo a literatura e segundo o que pude observar no decorrer da etnografia e das entrevistas.

2. 1 A FAMÍLIA MULTIESPÉCIES

Chegamos então ao conceito de família multiespécies (FARACO, 2008). Acredito que este conceito seja bastante autoexplicativo para a maioria das pessoas que convivem com animais de companhia ou que têm contato com pessoas que o façam. Não é preciso ser etnógrafo para perceber no grande campo que é a nossa contemporaneidade o novo léxico que vem caracterizando as relações com os animais de companhia. Antigos “donos” de animais atualmente são chamados de *tutores* que os *adotam*, e frequentemente chamam a si mesmos de *mães e pais* de seus pets – alguns de forma jocosa ou entre aspas, outros plenamente a sério. Os pets, por sua vez, passam a ser informalmente tratados de *bebês*, *filhos peludos* ou *filhos de quatro patas*. O contexto da família multiespécies está permeado; portanto, não apenas de relacionamentos afetivos interespecíficos, mas também de uma aproximação do animal de companhia a uma ideia de infância humana.

A partir do campo da proteção, pude também presenciar pets serem chamados de “netinhos” - pets dos filhos de uma pessoa - e de afilhados - os pets resgatados por uma

protetora e que foram adotados por outra pessoa. Assim, por vezes criam-se *vínculos de compadrio* entre protetoras e adotantes a partir dos animais com os quais ambos possuem laços familiares, como perceptível na fala de Catarina sobre o adotante de seu primeiro cachorro resgatado:

Aí um ano ele me deu a agenda com a carinha dele [do cachorro]. O outro ano, me deu um perfume, ele disse “presente da dinda”, e eu levava também presente para ele, “vim trazer o natal da dinda”, né, e ele, era assim, muito engraçado a relação da gente, né. (Fonte: Catarina/Entrevista).

Jessica Greenebaum (2004), em sua pesquisa qualitativa em uma padaria especializada em produtos para cachorros, na qual promovia-se um momento de socialização semanal entre tutores e cachorros denominado “Yappy Hour”, analisa como este evento se tornou uma atividade de lazer que eleva os cachorros em uma estrutura familiar. Os cachorros são nesse ambiente percebidos como membros de família, melhores amigos e “bebês peludos”, enquanto os tutores pensam a si mesmos como pais. Segundo sua análise, através dessa atividade de lazer (que também não deixa de ser uma atividade ligada a um capital), os cachorros são antropomorfizados e elevados ao *status* de crianças, tornando-se uma extensão e reflexão do *self* dos tutores.

Esta relação com o animal de companhia geralmente é descrita por aqueles que pensam o animal enquanto membro da família como uma relação de cuidado, de companheirismo e de amor incondicional. Uma das protetoras entrevistadas relata da seguinte forma sua indiferença para com seus vizinhos que lhe perturbam, pois não gostam de animais e se incomodam com tal vizinhança interespecífica:

Eu não me importo com eles, porque não são eles que estão ali no meu momento de dor, o momento que eu estou triste, o momento que eu estou sentindo qualquer coisa, ou alegria ou tristeza, ou bem ou mal, quem está ali do meu lado é o bicho. É o meu cachorro, é o meu gato, que no meu caso são os meus filhos. (Fonte: Joana¹⁰/Entrevista).

É interessante notar como junto ao acolhimento do animal de companhia em um modelo de família multiespécies também se eleva a importância dos veterinários como novos médicos de família (PASTORI, 2012), e das *pet shops* como fontes de saciação de desejos de animais que se tornam verdadeiros consumidores em uma sociedade capitalista e importante fonte de lucro para ramos como o da ração e dos tratamentos veterinários. Espelho, a partir de uma multiplicidade de percepções em campo e fora deste, um duplo movimento de canalização de *desejos animais percebidos* pelos tutores em itens de consumo, como brinquedos de gato, biscoitos, arranhadores sofisticados, etc.; e de *projeção de desejos humanos de status* nos animais de companhia, visível na crescente estetização dos animais.

¹⁰ Nome fictício.

Um incidente em campo em particular me fez refletir sobre como os animais de companhia podem ser aliados na manutenção ou elevação do *status* social de seus tutores. Em uma feira de adoção presenciei um homem que parecia claramente advir de uma camada social menos provida de recursos aproximar-se de uma das protetoras (de classe média) carregando um filhote de cachorro extremamente bonito e bem cuidado, e contar cheio de orgulho à protetora ao meu lado como ele havia recém saído da *pet shop* e como pagara trinta reais, mas dera à cachorrinha um *banho de pet* – ao que a protetora não pareceu se surpreender e reforçou a necessidade de cuidar bem da cachorra.

Fudge (2014) também direciona nossa atenção para o papel que o animal cumpre na conceituação do lar e para a ideia de relacionamento afetuosos interespecies. Para a autora, é discrepante a presença maciça de animais de companhia nos lares contemporâneos e o silêncio acadêmico em relação aos animais quando se discute sobre o lar, a família e a intimidade. Há um preconceito acadêmico contra se pensar sobre os animais e sobre a relação animal-humano; preconceito o qual estigmatiza os trabalhos que se voltam para tais relações como “excessivamente sentimentais”. Segundo a autora, é preciso superar tais visões, já que “começar a pensar os animais com quem vivemos é, portanto, começar a desarmar uma visão humanista do humano” (FUDGE, 2014, p. 29) (tradução nossa).

Quanto ao relacionamento interespecies, Fudge (2014) coloca ser a possibilidade de um relacionamento afetuosos entre humanos e outras espécies a própria premissa que baseia o convívio com um pet. Pode-se afirmar então, no mínimo, que tais relacionamentos afetuosos constituem parte da realidade de uma parcela significativa da população contemporânea. A autora cita uma série de especulações acadêmicas sobre a possibilidade de esta relação afetuosos ser mútua – “Como saber se o animal sente afeto por nós?” seria a questão guiadora de uma série de trabalhos científicos. Certamente, esta não é uma questão em aberto para as pessoas que convivem com animais de companhia e que vivem esta relação interespecífica. O animal de companhia demonstra sinais de afeto e participa ativamente da relação comunicando-se com o animal humano, a partir do que Fudge irá defender ser uma possível comunicação interespecífica não verbal.

A questão da comunicação interespecífica rende amplos debates e não irá ser analisada pormenorizadamente aqui. Limito-me a defender a possibilidade de tal comunicação não verbal, mas sem deixar de trazer algumas reflexões sobre possíveis ambiguidades desta. Uma teoria trazida por Fudge que problematiza a comunicação interespecífica é a filosofia da mente de Thomas Nagel. Segundo este autor, o alcance de nossa imaginação e de nossa compreensão dos outros animais é limitado por nossas experiências humanas. Portanto, toda compreensão

sobre e comunicação com o animal manterá algum grau de antropomorfismo - atribuição de características humanas ao Outro não humano – sendo em realidade antropocêntrico supor que o ser humano pode ter um conhecimento pleno da realidade do Outro não humano.

Em relação à não verbalidade, mostram-se interessantes os dados trazidos por Erica Pastori em sua etnografia. Haveria, nas relações com os animais, uma possível procura de uma graça perdida no ser humano a partir da aquisição da linguagem e da capacidade de mentir. Citando Pastori (2012, p. 42): “Deseja-se o contato com seres não verbais – sem o elemento torto que é fundamental na existência humana - pois esses seriam, desta maneira, a fonte mais genuína e sincera de afetos”. Ou seja, são seres percebidos como incapazes de falsidade, de mentir e de enganar, e; portanto, a comunicação com eles poderia ser pensada como paradoxalmente mais verdadeira ou plena do que a comunicação verbal humana.

Erica Fudge, não obstante atente para o papel dos animais na comunicação interespecífica, menciona também potenciais ilusões que a comunicação com o pet pode acarretar, quando escrevemos por eles o que gostaríamos que eles falassem. Assim, segundo sua interpretação, nos sentimos acolhidos e aceitos por nossos animais de companhia não porque eles não nos julgam, mas porque não teríamos como saber se eles nos julgassem. Os pets nos seriam tão reconfortantes exatamente por nos permitirem este espaço para creditar a eles os pensamentos que nos agradam.

Para encerrar a reflexão sobre a comunicação interespecífica, deixo a reflexão de que todos nós, apesar de sermos mestres na comunicação verbal hoje, enquanto lemos este capítulo, ainda assim passamos uma parte de nossas vidas comunicando-nos desprovidos do auxílio da verbalidade. Talvez não estejamos atentos ao importante papel que a comunicação não verbal ainda desempenha em nossas vidas. Desta forma, a relação com o animal de companhia também pode ser pensada como um resgate de nossa própria pré-verbalidade, dimensão humana tão pouco enfatizada em um contexto contemporâneo extremamente intelectualizado, virtualizado e marcado pela transmissão escrita de conhecimento.

2. 2 O FENÔMENO PET: ensaios explanatórios

Passo agora a descrever algumas explicações acadêmicas que pensam o fenômeno pet, guiando-me para tanto nas classificações desenvolvidas por Leslie Irvine. Nós, humanos, somos a única espécie que tem por hábito adotar outras espécies para a vida entre nós. Apesar de algumas espécies demonstrarem a possibilidade de se apegarem a animais de outras espécies,

são raríssimos os casos de animais que mantêm relações interespecíficas de longo prazo espécies em ambientes naturais (HERZOG, 2014).

Tal fenômeno suscitou uma série de tentativas de explanação, muitas das quais, como Herzog (2014) coloca, de cunho evolucionista. Uma dessas seria a de que cuidar de animais facilita o desenvolvimento da empatia e de habilidades parentais que poderiam ser aplicadas ao cuidado de crianças humanas – uma das motivações para o estímulo Vitoriano à convivência de crianças com pets no século XIX.

Todavia, explicações evolucionistas falham ao tomar nossa cultura como base de uma natureza humana. O fenômeno pet como se dá atualmente é uma exceção ocidental entre um vasto número de culturas humanas. Herzog (2014) cita um estudo de Gray e Young (2011), os quais conduziram uma revisão sistemática de padrões culturais de *pet-keeping* analisando uma amostra de sessenta sociedades. Destas, além de uma diversidade de espécies para além das que estamos acostumados a conviver, os autores relataram ser o cachorro considerado um pet em apenas 22 delas. Mesmo nestas, os cachorros eram mantidos primeiramente por motivos funcionais como a caça, e não possuíam o *status* de amigo ou de membro da família. Os autores concluíram ser a nossa cultura ocidental uma exceção neste quesito.

Detenho-me então nas explicações para o fenômeno pet, compreendido como um fenômeno contemporâneo e de matiz ocidental, guiando-me a partir das classificações desenvolvidas por Irvine (2004): o argumento da deficiência, o argumento da afluência, a hipótese da biofilia e o argumento do domínio. Por fim, discorrerei sobre o meu ponto de vista quanto à especificidade da relação entre o animal humano e o animal (não humano) de companhia.

2. 2. 1 O Argumento da Deficiência

Irvine (2004) cunha de argumento da deficiência a explicação clássica de nossas relações com animais de companhia como substitutas para relações ausentes com humanos. Um dos autores mais proeminentes nessa corrente explicativa é Yi-Fu Tuan, o qual pensa o fenômeno pet como um produto da industrialização e da urbanização, que levaram a um isolamento das pessoas umas em relação às outras, separadas em suas vidas privadas.

Assim, para esse autor, a razão pela qual as relações com os animais se tornaram tão emotivas e importantes no ocidente do século XIX é de que foi neste momento histórico que manifestações de afeto entre humanos se tornaram cada vez mais difíceis de serem feitas. Os animais de companhia, então, teriam surgido como substitutos afetivos.

Para Irvine (2004), o argumento da deficiência tem duas falhas. A primeira é a falta de estudos que comprovem alguma característica específica que predisponha certas pessoas à convivência com animais. Psicólogos têm tentado demonstrar que pessoas “que amam animais” diferem de pessoas “que não amam” em algum indicador psicológico significativo - o que estaria de acordo com a teoria de que os animais agem como substitutos para relações humanas –, mas não têm tido sucesso.

Em realidade, a autora cita ser a diferença mais significativa entre pessoas que têm animais e aqueles que não têm o fato de os primeiros terem tido animais durante a infância. Tais dados indicam que a relação com o animal não se presta a um substituto para a relação humana, mas que possui especificidades próprias às quais as pessoas se acostumam ao conviverem com um animal de companhia. Irvine (2004) aponta ter percebido em sua pesquisa que, uma vez acostumado à companhia não humana, é difícil manter-se sem tal relacionamento. Assim, vários de seus interlocutores descreveram um sentimento de vazio na casa após a morte de um pet e a vontade de ter a companhia de um animal novamente.

A segunda falha é que se esperaria que pessoas que moram sozinhas teriam uma maior probabilidade de viver na companhia de um animal, se estes agissem como um substituto para relações humanas. Irvine cita uma pesquisa de 2002 da *American Veterinary Medical Association* para afirmar que os animais de companhia são em realidade mais presentes em lares com crianças. Para além disso, a autora sugere que os animais podem servir como “facilitadores sociais”, facilitando a interação humano-humano. Da “desatenção civil” proposta por Goffman para a forma como interagimos com desconhecidos em contextos urbanos, cachorros transformam seus tutores em “pessoas abertas”, passíveis de se iniciar um diálogo (IRVINE, 2004).

De forma semelhante, Samantha de Oliveira (2006), que desenvolveu sua etnografia em uma *pet shop*, destaca a importância afetiva e relacional dos animais de companhia não apenas a partir da relação que é travada diretamente com eles, mas também a partir de seu papel como mediadores de novas sociabilidades humanas. Oliveira, então, traz o interesse compartilhado em animais como um laço para a estruturação de novas relações pessoais.

2. 2. 2 O Argumento da Afluência

Este argumento relaciona os animais de companhia com prosperidade econômica. De Mello (2012) é um dos autores que propõem a maior prosperidade econômica e a maior quantidade de recursos no século XIX como um dos motivos para a eclosão e a popularização

do fenômeno pet. A ideia central deste argumento seria de que um dos motivos centrais para atitudes históricas contrárias à companhia de animais foi a escassez de recursos a serem divididos com animais não humanos.

Segundo Irvine (2004), o argumento da afluência foi utilizado pela Igreja Católica durante a Idade Média para proibir freiras e monges de manterem animais de companhia. A autora reconhece o aumento de segurança econômica como um dos fatores que podem ter promovido a popularidade de animais de companhia, mas nos avisa contra tomar esta como única causa para o fenômeno e nos aponta o antropocentrismo que pode estar escondido sob esta explicação. Assim, há que se tomar cuidado com este argumento, visto a denúncia até hoje presente contra o cuidado para com animais como consequente negligência para com seres humanos.

2.2. 3 A Hipótese da Biofilia

A biofilia é uma hipótese explicativa não apenas para a relação com os animais de companhia, mas para a relação entre seres humanos e a natureza de forma ampla. Em 1984, o biólogo Edward O. Wilson publicou o livro “Biophilia”, no qual foi proposta uma afiliação emocional inata dos seres humanos para com outros seres vivos. Relacionar-se com seres não humanos, então, seria parte integrante da *natureza humana* (IRVINE, 2004).

Segundo Herzog (2014, p. 301), o conceito de biofilia foi originalmente definido por Wilson como “tendência inata para focar-se na vida e em processos de vida” (tradução nossa). Diferenças culturais e históricas na relação com os animais, entretanto, não suportam a ideia de uma afiliação emocional inata com animais não humanos, tendo o próprio Wilson mais tarde mudado de opinião sobre o caráter inato da biofilia (HERZOG, 2014).

Irvine (2004) também critica a hipótese de uma biofilia inata, principalmente pelo caráter a-histórico da teoria. A autora então cita Keith Thomas, lembrando longos períodos da história moderna ocidental durante os quais as florestas eram consideradas locais terríveis e melancólicos, e os animais, bestas que existiam para satisfazer necessidades humanas.

Todavia, Herzog (2014) argui não serem os seres humanos tábulas rasas completas em suas relações com outras espécies. Traz, para tanto, pesquisas que demonstram respostas diferenciadas por parte de crianças pequenas quando confrontadas com animais como aranhas e cobras, bem como pesquisas nas quais crianças preferiram brincar com animais ao invés de brinquedos.

De forma interessante, o autor deixa implícita uma possível correlação entre a sociabilidade de nossa espécie e a formação de vínculos com animais não humanos – o que equivale a considerar tais relações interespecíficas como relações sociais. Traz, assim, a hipótese de que mecanismos neuro-hormonais que se desenvolveram para facilitar relacionamentos sociais entre humanos também formam a base para o nosso apego a seres de outras espécies. Essa visão estaria de acordo com pesquisas indicando a liberação de ocitocina quando da interação com pets.

2. 2. 4 O Argumento do Domínio

Sustentado pela influente obra de Yi-Fu Tuan intitulada “Dominance and Affection: The Making of Pets”, e também relacionável às postulações de Jean-Pierre Digard, o argumento do domínio propõe uma imbricação de dominação e afeto em nossas relações com os animais de companhia. Essa relação com os animais, então, andaria lado a lado com outras práticas, como a jardinagem, o cuidado de aquários e de árvores bonsai, estando o prazer derivado dessas práticas associado a uma manifestação de poder sobre a natureza (IRVINE, 2004).

Segundo Yi-Fu Tuan (1984 *apud* IRVINE, 2004, p. 26): “A dominação pode ser cruel e exploradora, sem nenhum sinal de afeição nela. O que isso produz é a vítima. Por outro lado, a dominação pode ser combinada com a afeição, e o que isso produz é o pet.” (tradução nossa). O prazer na companhia animal estaria originado, assim, em nossa posição como “mestres” de nossos pets.

Segundo essa visão, o relacionamento entre humano e animal de companhia é necessariamente desigual. O animal depende do tutor para todas as suas necessidades vitais, e o tutor exercerá poder sobre os corpos dos animais através da esterilização, da vacinação, do treinamento, entre outras práticas – práticas estas que não são concebidas como um abuso sobre a liberdade do animal, mas como indícios de uma *posse responsável* (OSÓRIO, 2011). É o humano que sabe o que é melhor para o pet.

Como o prazer da relação com o animal origina-se na obediência deste, punição e abandono são infligidos a animais que se recusam a obedecer. Tal corrente explicativa auxilia a compreensão da paradoxal e constante presença do abandono no cenário urbano, cenário no qual tantas vezes vemos o animal de companhia ser referido como parte da família. Os argumentos de Tuan também são úteis para compreendermos práticas de controle extremo sobre o animal, como a retirada das cordas vocais de cachorros e de garras de gatos. Nesta perspectiva

pessimista, a mais crua verdade é que usamos os pets para o nosso próprio bem, não para o deles; e que a própria existência do pet atesta a dominação humana (IRVINE, 2004).

Para Tuan, amor e dominação não são conceitos antitéticos. A experiência do amor para com o pet vela a presença da dominação humana. Revelar a dominação sob a relação de amor pode ter consequências graves. Tal forma pessimista, porém profícua, de se pensar a relação de afeto, me parece assemelhar-se muito ao padrão da dominação patriarcal. Ter um ser que nos demonstra amor nos esperando na chegada à *casa*¹¹ após um dia de dificuldades na *rua*, com a segurança de que este ser de afeto nunca irá nos abandonar, lembra nitidamente a relação matrimonial de décadas passadas. De forma similar, o sociólogo Adrian Franklin fala sobre a *segurança ontológica* proporcionada pelo pet:

Os animais nos proporcionam uma série em certo modo nostálgica de comodidades hoje consideradas antiquadas. Estabelecem vínculos de longo prazo com seus companheiros humanos, rara vez fogem com outros, quase sempre se mostram encantados de ver a “seu” ser humano, manifestam amor incondicional (e, portanto, assegurado) e transmitem a profunda impressão de que nos necessitam tanto quanto nós a eles” (FRANKLIN, 1989 *apud* FUDGE, 2014, p. 32) (tradução nossa)

O sociólogo propõe que os pets ocupam um lugar de carência na vida das pessoas – assim, o fato de as relações entre os adultos estarem mais instáveis ou efêmeras estaria ligado à estreita relação travada com o animal não humano na contemporaneidade, e a esta hoje ser considerada benéfica. Tal proposta estaria de acordo com interpretações sobre as relações contemporâneas como a de Giddens (1993), em seu livro intitulado “A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas”.

Este autor pensa as relações contemporâneas em uma crescente fluidez – relações que antigamente eram dadas por garantidas e estáveis hoje sofrem constante negociação mútua, sendo passíveis de serem rompidas, se uma das partes o desejar. Tais relações só se mantêm enquanto ambas as partes estiverem satisfeitas com o que delas recebem, sendo cunhadas por Giddens de “relações puras”. Tal mudança, para o autor, estaria chegando ao ponto de atingir as relações consanguíneas, tornando-se o conceito “família” crescentemente uma questão de escolha e de investimento mútuo, e não de laços sanguíneos inatos e vitalícios. Assim como o ditado popular de que “Os amigos são a família que escolhemos para nós”, pode ser que os animais também tenham se tornado nossa “família escolhida”. Como me contou a protetora Florence sobre seu testamento:

Não vou deixar para os meus sobrinhos, meus sobrinhos não vão cuidar dos meus cachorros. Sei que não vão cuidar. Eles têm sete cachorros em casa, mas a maneira como eles cuidam, eu não quero que

¹¹ Aqui vale notar a correlação que Osório (2011) tece entre gatos e mulheres, devendo ambos permanecer no espaço feminino, protegido e privado da casa, oposto ao espaço masculino, perigoso e público da rua.

eles cuidem. Porque não é um cuidar lá, dar comida e deixar eles num cercadinho; não, quero que cuidem, deixar solto, enfim. [...] eu tenho que me preocupar com quem eu me responsabilizei, que é a minha mãe e os meus cachorros. Então eu faltando é deles que eu tenho que cuidar, os meus irmãos não precisam. (Fonte: Florence/Entrevista).

2. 2. 5 A Especificidade da Relação com um Animal de Companhia

Apesar de não ser uma teoria descartável e de ter potencial para explicar vários fenômenos na relação com os animais não humanos, o argumento do domínio traz uma visão excessivamente pessimista das relações interespecíficas. Certamente as pessoas que se identificam com um sentimento zoofílico e que convivem com animais de companhia – assim como os teóricos que se debruçam sobre o tema a partir dessa identificação – não concordariam com a afirmação de que meramente usamos nossos pets, apesar de poderem admitir que a relação é desigual. Não obstante tal desigualdade, quem faz uma interlocução com as pessoas que dizem *amar os animais* sabe que estes possuem sua parcela de agência e de poder dentro da relação com seu tutor; e que os tutores, por sua vez, frequentemente aderem a práticas que lhes consomem tempo, dinheiro, e que não lhes são minimamente proveitosas, movidos por amor ou compaixão ao seu animal ou aos animais de forma geral.

Keith Thomas, historiador importante para o campo do estudo das relações humano-animais, considera ter sido o convívio com animais de companhia que fundou as bases na Inglaterra para a difusão da ideia de que animais têm direito a uma consideração moral (THOMAS, 2010). Indo na mesma direção, o convívio com animais na infância mostrou-se na presente pesquisa como um fator quase constante nas trajetórias dos simpatizantes e ativistas da proteção animal. Em todas as entrevistas realizadas, surgiram relatos de eventos significativos durante a infância e adolescência envolvendo animais de companhia, o que pode ser especulado como um fator predisponente ao amor pelos animais e ao envolvimento na proteção animal.

José Parry (2011) argui na mesma direção - para o autor, atitudes negativas direcionadas à relação com o animal de companhia ignoram uma importante lição histórica. Seguindo a linha de Thomas, o autor afirma não ser uma coincidência o fato de as pessoas que lutaram no século XIX por uma legislação protetora aos animais terem sido tutores bastante apegados aos seus pets – como Bentham e seu gato Sir John Langborn. Tais narrativas históricas sugerem uma grande parcela de agência animal na relação humano-animal de companhia, bem como uma preocupação genuína dos tutores por seus animais de companhia, e por outros também.

As histórias que as protetoras me contaram ao longo desse um ano e meio envolveram uma multiplicidade de relações únicas com *indivíduos não humanos*, ou seja, relações que se construíram com um gato ou um cachorro em específico, tomado enquanto ser único, provido de peculiaridades únicas que o distingue de outros animais não humanos. Tais animais são narrados enquanto seres agentivos, ativos na construção do cotidiano na família multiespécies.

Como me relata Florence:

É isso, eu tenho esses três velhinhos que convivem comigo dentro da casa assim, então eles têm o espaço dentro da casa, uma dorme no pé do chão, a outra dorme num cantinho lá entre a geladeira e não sei o que, eles fizeram os nichos. Eu disse agora para a veterinária, quando eu levei o Leo pra casa, aí fiz uma caminha no quarto para ele, outra lá no cantinho não sei o que, ele se deitou lá no meio da sala, e depois foi para a varanda, quer dizer, ele fez a escolha, não tem né. *Eu digo às vezes que é eu que moro com eles, não são eles que moram comigo, eles são a maioria.* [grifo meu] (Fonte: Florence/Entrevista).

Outra protetora, gateira, me relata sobre uma gata que “parecia um cachorro”, e que se distingue de outros gatos que ela já teve:

A Maninha era, grudenta, grudenta. A gente mexia com ela, a gente deitava, eu dizia “Maninha, vem comigo”, ela vinha. O meu marido dizia “Ô Maninha, comigo”, e ela vinha, e ela ficava assim, acho que ficava “Ai, meu deus, com quem eu vou? ”. Ela era um gato muito querido. [...] a Sarabi, que é a minha nova gata, parece a Xixa. Não é muito. Ela brinca, ela quer carinho, ela vem e te pede carinho e fica ali contigo, de repente ela diz “Tá, agora chega”. (Fonte: Rosa/Entrevista).

Tal é a singularidade a partir da qual Derrida pensa a relação com o animal – em realidade, a relação com *um* animal, visto a particularidade da relação, bem como a crítica do autor ao grande divisor entre “humanidade” e “animalidade”, a qual de certa forma ainda persiste no conceito de relação humano-animal. Citando Derrida:

Se digo "é um gato real" que me vê nu, é para assinalar sua insubstituível singularidade. Quando ele responde ao seu nome (seja lá o que queira dizer "responder", e esta será pois nossa questão), ele não o faz como um exemplar da espécie "gato", ainda menos de um gênero ou de um reino "animal". É verdade que eu o identifico como um gato ou uma gata. Porém, antes mesmo dessa identificação, ele vem a mim como *este* vivente insubstituível que entra um dia no meu espaço, nesse lugar onde ele pôde me encontrar, me ver, e até me ver nu. Nada poderá tirar de mim, nunca, a certeza de que se trata de uma existência rebelde a todo conceito. [grifo do autor] (DERRIDA, 2000, p. 26).

Barbara Noske é uma autora que critica a procura antropológica por motivos para a relação com o animal, colocando esta como uma relação que possui qualidades e motivações intrínsecas (NOSKE, 2008). Me parece ser de interesse antropológico e sociológico a forma como as relações com diferentes animais não humanos são travadas no contexto contemporâneo, visto que as relações travadas com diversas espécies de animais não humanos diferem significativamente segundo o grupo social e o momento histórico estudados. Isto não significa, todavia, que as relações concretas não sejam travadas com singularidades animais, que não possuam motivações intrínsecas e que possam ser plenamente explicadas por teorizações acadêmicas.

Uma das qualidades intrínsecas da relação com *um* animal pode inclusive ser este ato de deparar-se com um Outro que desafia o conhecimento humano em relação à alteridade. Como coloca Rita Leal Paixão em seu artigo sobre a questão animal em Derrida, duas situações podem se configurar para os humanos na relação com o animal: “[...] uma que reduz os animais a coisas, coisas que não veem, objetos vistos pelos humanos, e outra que percebe o olhar do animal, percebe-se a si mesmo enquanto olhado pelo animal.” (PAIXÃO, 2013, p. 276).

Para esta segunda situação, o animal é um sujeito da visão, sob cujo olhar o humano é objeto. O encontro com animal, então, desafia o conhecimento do que é chamado de natureza, ao deparar o humano com um sujeito dotado de um olhar que transcende os limites do conhecimento objetivo humano. Ao destacar a singularidade de sua gata, Derrida aponta para a impossibilidade de redução do animal que é absolutamente Outro a um objeto de escrutínio humano.

A relação com o animal não humano nos instiga a ir além de nossa zona de conforto, a adentrar em um mundo que não nos pertence: o mundo sob a ótica do Outro. Pode ao mesmo tempo mostrar-se incômoda e instigante, trazendo consigo o potencial para nos despertar para a existência de um pluriverso, de realidades Outras que não a nossa - desde que possamos olhar para o olhar do animal, e não para um olhar antropomórfico projetado. Simmel já dizia que o nosso interesse pelo outro pode esgotar-se caso o outro chegue a se revelar plenamente. Para o autor (2009, p. 234), “Penetrar até o mais profundo âmago de algo é destruir o seu encanto e deter a fantasia no seu tear de possibilidades; perda esta de que realidade alguma nos poderia ressarcir [...]”. Talvez aí resida uma das motivações intrínsecas da relação com o animal não humano: ela nunca é esgotada.



Figura 5 - Protetora interagindo com cachorros durante o Brechocão. Fonte: acervo pessoal.

3 O ANIMAL INOCENTE

A compaixão pelos animais está intimamente ligada à bondade de caráter, e pode ser seguramente afirmado que quem é cruel com os animais não pode ser um bom homem.
Arthur Schopenhauer

Aqueles que possuem familiaridade com o meio da proteção animal provavelmente conhecem esta citação de Schopenhauer, exaustivamente trazida por estes grupos em textos de blogs, compartilhamentos nas redes sociais e *sites* de notícias destinados à causa animal. Tal citação não é mero instrumento para o *status* moral dos que promovem o bem-estar animal, seu significado está entranhado na moralidade e na visão de mundo de muitos dos que se identificam com a causa animal e com o *amor pelos animais*.

Intento neste capítulo trazer algumas considerações sobre a orientação moral de tais grupos frente aos animais não humanos, de sua expressão pública por vezes em um modelo de política de piedade, e da estruturação destas atitudes sobre esta outra face do animal de companhia, que muitas vezes acompanha seu acolhimento em uma família multiespécies e sua vinculação à infância humana: a face idealizada como inocente. Tenho como base para tais considerações a etnografia realizada na redoma da proteção animal urbana e a experiência junto a protetores e simpatizantes da causa.

Quanto às reflexões deste capítulo, desejo deixar explícitas duas questões importantes. Primeiramente, não ambiciono uma explanação do movimento da proteção animal como um todo, mas apenas algumas considerações sobre o que pude perceber *enquanto tendência* em minha etnografia (não enquanto regra absoluta); tendência a qual penso ir além da redoma mais circunscrita da proteção animal, sendo alguns de seus aspectos igualmente observáveis em um campo mais fluido e abrangente de agência de um *sentimento zoofílico*. Quero deixar explícito também que quaisquer críticas direcionadas à idealização do animal não humano visam a uma reflexão construtiva, e de forma alguma intencionam desmerecer o importante papel social protagonizado pelo movimento da proteção animal.

3. 1 PARADIGMAS MORAIS NA RELAÇÃO COM OS ANIMAIS NÃO HUMANOS

Para Nussbaum (2004), uma “simpatia imaginativa” para com o sofrimento de animais não humanos deve servir de guia na tentativa de definição de uma relação justa entre humanos

e animais; não sendo tal simpatia, entretanto, suficiente. Na sua perspectiva, similar à perspectiva kantiana na primazia concedida à razão, a mera simpatia é maleável, e pode ser corrompida por nosso interesse em proteger certos confortos em nossas vidas às custas do bem-estar animal. Faz-se necessário, então, o aporte filosófico e suas teorias da justiça.

Perspectivas como esta, calcadas em princípios racionais abstratos, mostram-se muito presentes na luta pelos direitos animais, especialmente nos movimentos veganos e abolicionistas, bastante intelectualizados e calcados em teorias filosóficas, como as propostas por Peter Singer e Tom Regan (SORDI, 2011). Tais perspectivas, a despeito de possíveis complementaridades, contrastam com uma visão relacional própria da *ética do cuidado* (PARRY, 2011), à qual a proteção animal urbana está muito mais próxima. Traço a seguir uma breve síntese destas perspectivas orientadoras de uma atitude moral frente aos animais, guiando-me a partir da ótica de Martha Nussbaum. Não visio a uma completude em relação ao tema, mas a uma breve explanação de certas formas de orientação ética enquanto contraste que permita adentrar a peculiaridade da ética do cuidado frente a essas vertentes. Assim, importantes aportes como o de Tom Regan e o de Jacques Derrida não serão explorados, por motivo de escopo.

Uma corrente de orientação moral frente ao animal não humano que teve enorme influência histórica nas atitudes para com os animais, exercendo certa influência ainda hoje, é o chamado “dever indireto” (IRVINE, 2004), o qual pode ser remontado a São Tomás de Aquino e, antes dele, em Cícero (FEIJÓ, 2005). Kant, o qual proclamava ser a verdadeira ação moral aquela motivada por ideais racionais universais, considerando a emoção volátil e particularista, foi um proponente extremamente importante do dever indireto. Segundo a perspectiva kantiana, todos os deveres para com animais não são senão deveres indiretos para com seres humanos. A inexistência do dever direto para com o animal é repetidamente, no decorrer da história ocidental, calcada na pretensa irracionalidade e falta de liberdade para a moral e a ética por parte dos animais não humanos. Assim, de acordo com essa vertente, é recomendável tratar com doçura os animais, mas apenas porque a crueldade para com estes pode estimular atitudes cruéis também para com seres humanos (NUSSBAUM, 2004).

Essa forma de pensar a moralidade em relação ao animal não humano pode ter tido importância na eclosão do fenômeno pet. Como já indicado, um dos estímulos à popularização do fenômeno pet foi o desejo de famílias vitorianas de ensinar aos filhos virtudes da classe média, como gentileza e autocontrole, através dos animais de companhia. Moralistas do período acreditavam que ter um relacionamento com um animal poderia instilar tais traços positivos na criança (DEMELLO, 2012). Do lado oposto, a psicologia e a psiquiatria contemporâneas

preocupam-se muito com crueldades praticadas contra animais, especialmente quando praticadas por crianças. Tal preocupação não se deve a um apreço pelo bem-estar animal, mas à vinculação destes atos de crueldade com o chamado Transtorno de Conduta, o qual é um sinal para um posterior Transtorno de Personalidade Antissocial na vida adulta, como pode ser conferido no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM).

O Utilitarismo, doutrina ética cujos maiores nomes são Jeremy Bentham e John Stuart Mill, provavelmente foi e ainda é a maior fonte de inspiração para a luta pelos direitos animais. Bentham argui ser a questão central no tratamento dos animais não humanos não sua capacidade de pensar ou raciocinar, mas sua capacidade de sofrer. Levando a capacidade de sofrimento como fundamento da consideração ética, Bentham afirma que a espécie à qual uma criatura pertence é tão irrelevante para propósitos éticos quanto a raça (NUSSBAUM, 2004). O Utilitarismo é também a corrente que inspirou os trabalhos de Peter Singer.

A doutrina utilitarista guia-se de modo consequencialista e quantitativo (PARRY, 2011). Uma ação, então, não pode ser percebida como boa ou má *a priori*, ela só pode ser pensada como ética ou não a partir do cálculo de suas consequências. Assim, a atitude ética perante o mundo é aquela que visa a produzir a maior quantidade de utilidade, compreendida como prazer e ausência de dor. Segundo Singer, a questão certa a nos perguntarmos em nossa conduta frente aos animais é “Qual escolha maximizará a satisfação das preferências de todos os seres sencientes^{12?}”.

Um problema apontado por Nussbaum (2004) é o comprometimento do Utilitarismo com a agregação e com o cálculo quantitativo. Como o prazer é visto no seu total ou na sua média, um tal cálculo pode justificar que um pequeno número de criaturas viva vidas miseráveis, desde que essa miserabilidade leve a um prazer coletivo quantitativamente significativo. Uma visão consequencialista como esta pode ser perigosa, inclusive para a atitude moral frente aos seres humanos.

A autora então propõe uma nova ética para orientar nossas relações com os animais não humanos, cunhando-a de abordagem das capacidades. Tal abordagem parte da ideia de dignidade humana e de uma vida digna, estendendo-a aos animais não humanos. Assim, outras formas de vida além da humana possuiriam necessidades e habilidades, e levar em conta a pluralidade de atividades que os seres sencientes necessitam para uma vida digna seria seu objetivo.

¹² DeMello (2012) define senciência como a habilidade de sentir dor e prazer, compartilhada por humanos e outros animais.

Assim, na ótica da autora, é um problema de *justiça* quando um ser senciente é privado da oportunidade de desenvolver suas valiosas habilidades e de levar uma vida com dignidade. A autora traz uma nova forma de pensar os direitos animais enquanto direitos *individuais* a uma vida digna – desde que tais animais sejam seres sencientes. O seguinte trecho de Nussbaum (2004, p.5) é bastante comovente: “O fato de tantos animais nunca terem a oportunidade de se mover, de aproveitar o ar, de trocar afeto com outros membros de sua espécie – tudo isso é um desperdício e uma tragédia, e não é uma vida em correspondência com a dignidade de tais criaturas” (tradução nossa).

A ética do cuidado estrutura-se diferentemente das éticas até aqui mencionadas. Parry (2011), em seu artigo sobre a sentimentalidade e os inimigos da proteção animal, relata o trabalho de duas teóricas envolvidas na causa animal e escritoras feministas, Josephine Donovan e Carol Adams, as quais buscaram inspiração em Carol Gilligan e em seu conceito de ética do cuidado, aplicando então tal conceito também a animais não humanos. Estas autoras, apesar de reconhecerem o legado das teorias utilitaristas e dos direitos dos animais, acreditam ser importante ir além do que muitos percebem como filosofias liberais e individualistas.

Carol Gilligan, autora feminista e psicóloga americana, propõe a existência de duas perspectivas diversas em relação à moralidade: uma perspectiva ligada à masculinidade, segundo a qual as decisões morais devem ser baseadas em noções de justiça e no respeito a princípios universais; e outra, ligada ao desenvolvimento moral feminino, que aponta para uma moralidade baseada na experiência de conexão com o outro, estando a tomada de decisões morais então vinculada a relacionamentos de cuidado. Neste contexto, a voz masculina seria a voz padrão da moralidade, enquanto a voz diferente (feminina) seria frequentemente silenciada enquanto inferior e não condizente com o padrão de racionalidade – e, eu acrescentaria, de impessoalidade - almejado. Assim, essa perspectiva mais ligada ao desenvolvimento moral das mulheres seria “comumente ignorada nas teorias psicológicas cognitivistas que descrevem o desenvolvimento moral humano e nas propostas éticas pautadas em princípios e direito” (KUHNNEN, 2014, p.2). A ética do cuidado, então, é uma perspectiva que visa a reconhecer a voz das mulheres.

Ao invés de enfatizar princípios abstratos universais, a ética do cuidado detém-se sobre a conexão emocional com outros, assim como ações concretas em resposta à necessidade de outros. Tal ética associa-se à ética da virtude, a qual afirma ser o critério de moralidade de uma ação não sua consequência, como pensa o Utilitarismo, mas a motivação por trás da ação. Assim, ações motivadas por compaixão e por empatia são aprioristicamente boas, independentemente de guias racionais para uma ética universal (PARRY, 2011).

Apesar de não possuir, até onde eu pude perceber, uma vinculação intelectual à teoria da ética do cuidado, a proteção animal funciona a partir de princípios muito próximos desta ética. O amor aos animais, as relações de cuidado com o Outro, a empatia, a compaixão e o foco em ações concretas de caridade para com animais em sofrimento são importantes guias éticos no fazer cotidiano destas pessoas que se dedicam ao bem-estar animal, assim como são fonte de admiração para todos aqueles que simpatizam com o movimento e que apoiam estas pessoas.

A seguinte fala da protetora Anita descreve belamente aspectos desta ética:

Mas foi desde cedo e eu acho que assim ó, ser protetora já é uma coisa que nasce com a gente, não é quando a gente quer. A gente vê, olha, sente e faz [...] chegar e olhar aquele bicho ali andando, tu ver, não, aquele bicho está bem, aquele bicho não está, e é uma coisa dentro de ti. É dentro, aquilo nasce com a gente, é como se fosse uma luzinha acesa dentro da gente que é um radar que te mostra o que ele está precisando. (Fonte: Anita/Entrevista).

A empatia, compreendida aqui como capacidade de se conectar com o sofrimento do outro, é extremamente importante nesse universo. Na proteção animal urbana, o foco não é a discussão intelectual de possíveis guias éticos universais a serem objeto de militância, mas atitudes concretas, relacionais, de amparo e cuidado a seres em sofrimento - atitudes estas que frequentemente passam por um processo que vai desde o resgate de animais abandonados, até seu tratamento veterinário, castração e procura por um adotante responsável.

Segundo Parry (2011), a ética do cuidado tem raízes na teoria da simpatia. Esta, por sua vez, figura como um importante sentimento moral na teorização de Adam Smith, o qual, em sua obra “Theory of Moral Sentiments”, explora o tema do desenvolvimento de julgamentos éticos em humanos. O conceito de simpatia é utilizado por Smith no sentido de “sentir com” ou “compartilhar sentimento”, aproximando-se do significado contemporâneo de empatia.

Segundo sua teoria, a simpatia é uma qualidade inata aos humanos, compartilhada por todos. A simpatia é descrita como um ato de imaginação, já que não se tem acesso direto à mente de outra pessoa – tal compartilhamento de sentimento preconiza um certo grau de atividade imaginativa. A tese de Smith é de que, através da simpatia e do Espectador Imparcial (*Impartial Spectator*, um construto mental), os seres humanos desenvolvem a consciência, o julgamento moral e a virtude.

Tais perspectivas, que colocam a relação com o outro e o sentimento em uma posição privilegiada na construção da moral e da ética, frequentemente são acusadas de serem *sentimentais*. Atualmente, tal adjetivo traz uma conotação pejorativa, indicando falsidade, auto ilusão e idealização (junto à sua contrapartida de demonização), uma necessidade de engajar-se em sentimentos e/ou representação distorcida da realidade (PARRY, 2011). Todavia, tal construção pejorativa do conceito de sentimentalidade é histórica e passível de mudança.

No século XVIII, o adjetivo “sentimental” possuía conotação positiva, estando associado à ideia de sentimentos elevados, cultura refinada, boas maneiras e bom gosto. Parry (2011) apoia-se no trabalho de Solomon ao vincular tais atitudes positivas frente à “sentimentalidade” à filosofia do sentimento moral e aos filósofos do Iluminismo Escocês. Tais filósofos postulavam que os sentimentos deveriam ser a base de toda a moralidade.

O que levou à degradação de tal termo, então? Parry (2011) traz como possíveis explicações a entrada em desuso da filosofia do sentimento moral, o apogeu do kantismo, a vinculação entre a cultura sentimental e noções igualitárias na França revolucionária e, por fim, o sucesso da novela sentimental enquanto gênero literário. Segundo Boltanski (2004), foi a partir da associação de tais novelas sentimentais à feminilidade que estas passaram a ser criticadas. Assim, é a partir da acusação da sentimentalidade enquanto fraqueza associada ao sexo feminino que o termo incorre em decadência.

Resgatando o sentimento enquanto fundamento moral, Rorty (1993 *apud* PARRY, 2011) argui serem os humanos seres sentimentais; portanto, pensar em termos racionalistas não irá resolver os problemas da construção da desigualdade. É apenas através da simpatia enquanto fundamento moral e do exercício de percepção das similaridades entre nós e outros muito diferentes de nós que podemos progredir moralmente. Tal conscientização, entretanto, requereria uma educação sentimental e moral – como, eu adicionaria, a educação humanitária que vem sendo promovida por grupos de protetoras em escolas porto-alegrenses.

Na minha visão, a moralidade que intento descrever aqui, ligada aos valores que já expus das relações de afeto e de cuidado, do amor aos animais, da empatia e da compaixão e, como exporei mais adiante, de um animal por vezes idealizado, por todos os méritos que ela demonstra junto ao movimento da proteção animal – e que não são poucos - pode ser criticada em alguns aspectos, mas certamente uma dessas possíveis críticas *não* é a de sentimentalidade. Em um movimento protagonizado quase que exclusivamente por mulheres, historicamente alvos de preconceito masculino enquanto seres demasiadamente emotivos e menos racionais, cujo foco é a proteção de animais não humanos, historicamente tornados objetos não merecedores de consideração ética a partir da justificativa de sua irracionalidade, argumento que nada obviamente mais racional e lógico que não se pautar na racionalidade enquanto guia ético e moral.

3. 2 A POLÍTICA DE PIEDADE

A oposição delineada acima entre as moralidades guiadas em princípios racionais universais e aquelas que têm por fundamento o sentimento moral tem eco na oposição traçada por Boltanski (2004) entre política de justiça e política de piedade.

A política de justiça baseia-se no que Boltanski chamada de um “modelo de cidade” – modelo no qual magistrados que administram a cidade são invocados na resolução de disputas –, além de em uma teoria de justiça que leva em consideração uma definição comum do que é justo, debruçando-se sobre a questão da igualdade e da equidade entre os seres. Já a política de piedade estrutura-se sobre a distinção entre os que sofrem e os que não sofrem, sendo a piedade o sentimento moral pilar dos que não sofrem para com os sofredores. A observação do sofrimento do mal-afortunado por parte do afortunado gera então o que Boltanski, apoiando-se em Hannah Arendt, vai denominar de espetáculo do sofrimento.

A partir de tais categorias, movimentos como a luta pelos direitos animais, movimentos abolicionistas e veganos, seriam mais representativos de uma política de justiça, enquanto a proteção animal urbana estaria aproximada de um modelo de política de piedade – apesar de os vários movimentos pela “causa animal” exibirem conexões entre si, não sendo verossímil uma oposição estanque entre eles (LEWGOY & SORDI, 2014). Aqui cabe explorar o tema da política de piedade enquanto forma de fundamentação interna e de legitimação externa da proteção animal urbana, assim como pensar as consequências da construção de uma “vítima animal”.

As políticas de piedade são geralmente estruturadas a partir da identificação de uma vítima, a qual pode levar à acusação de um culpado a ser punido ou à glorificação do benfeitor que presta caridade à dita vítima. Casos isolados, então, são veiculados para espectadores distantes da situação concreta da vítima, tornando-a um símbolo de clamor por ação. Exemplifico com o seguinte caso da cachorra Sara, a qual foi retirada de seu tutor após este ter sido denunciado por vizinhos que gravaram em vídeo uma de suas agressões à cachorra. Os papéis construídos via política de piedade - vítima (Sara), culpado (tutor) e benfeitor implícito (todos os que amam os animais e que assinarão a petição) se tornam claras na imagem a seguir, provinda de uma petição pública para que a cachorra não volte ao seu tutor:



Figura 6 - Exemplificação da política de piedade.

Fonte: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR85989>

Em relação à proteção animal urbana, esta caracteriza-se principalmente pela caridade, a qual se dá quando um indivíduo se depara com um mal-afortunado em sofrimento e, ao invés de escolher distanciar-se emocionalmente deste e fugir da situação de comprometimento, escolhe ajudar o outro em necessidade. Nestas situações, o benfeitor é envolvido por uma situação que lhe parece emanar uma *necessidade inerente*, encontrando-se então envolvido nela, mesmo que não o desejasse estar. A urgência da situação exige uma reação imediata aos olhos do benfeitor (BOLTANSKI, 2004). Isso é extremamente característico da proteção animal urbana, visto que as protetoras frequentemente relatam distanciar-se temporariamente das redes sociais para não presenciar mais pedidos de ajuda dos quais elas possuem dificuldade em manter-se distanciadas, mesmo já se encontrando sobrecarregadas com seus próprios animais resgatados.

A caridade, então, é dada em uma situação concreta, momentânea e de relação com o outro. A política de piedade, entretanto, vai para além da situação concreta ao comunicar casos de caridade a espectadores, em uma glorificação do auxílio prestado à vítima que também é característico do funcionamento do movimento de proteção animal. A proteção animal; portanto, emprega tanto atos de caridade e compaixão concretos, quanto discursos transformadores de casos isolados em exemplos de vitimização e de clamor por ação.

Boltanski (2004) traz uma análise bastante aprofundada e detalhada da política de piedade, da qual só mencionarei dois tópicos mais relevantes para o presente trabalho: o tópico do sentimento e o tópico da denúncia. Segundo o autor, a face sentimental da política de piedade é caracterizada pelo sentimento de pena, que se transforma em simpatia em relação à gratidão da vítima por seu benfeitor. Os sentimentos de pena e de empatia, então, tomam a forma de *tender-heartedness* – ternura ou compaixão -, não de indignação. O objetivo do discurso veiculado aos espectadores é de incitar à quebra da resignação entristecida que facilmente toma conta quando da visão de uma cena de sofrimento. Para tanto, se apela à figura da urgência – o sofrimento não pode esperar uma agência futura, há urgência de atos no agora para dar-lhe um fim.

Boltanski (2004), de forma muito interessante, discorre sobre a metafísica deste “tópico do sentimento”, a qual seria uma metafísica da interioridade. A relação do espectador com o mal-afortunado é uma relação de coração para coração, de interioridade para interioridade. O

espectador torna-se então capaz de sentir o que a vítima sentiu e pode então tocar outros através do relato do que lhe tocou em primeiro lugar, formando uma coletividade via contágio emocional.

A emoção neste contexto é tocada por uma aura romântica, sendo compreendida enquanto externalização do interior. A intersubjetividade também possui papel destacado nesta “metafísica”. Um desafio para esta abordagem da política de piedade é a necessidade de produzir um discurso de externalidade, representando o sofrimento externalizado pela vítima, e outro de internalidade, descrevendo os sentimentos experimentados pelo espectador. É interessante observar como muitas vezes a proteção animal utiliza-se da estratégia de tradução de uma “fala animal” para tanto. Frequentemente vê-se nas redes sociais postagens nas quais a imagem de um cachorro ou de um gato é complementada por uma fala supostamente do próprio animal representado na imagem, expressando então as coisas que este não é capaz de dizer verbalmente, como “Me adota”, “Estou contente agora que a Fulana me resgatou e espero um lar cheio de amor e carinho”, “Eu também tenho sentimentos”, etc.

As protetoras, então, colocam-se no papel de tradução e de verbalização das necessidades e dos sentimentos de seres sencientes que não possuem tal capacidade verbal, e que terminam por ser incompreendidos ou menosprezados por muitos humanos. A fala de Anita sobre o porquê da proteção aos animais traz à tona estas questões – o sentimento, a percepção do sofrimento e a necessidade de sua externalização:

Porque a maioria dos seres que se dizem humanos acham que eles são, veem eles como se eles fossem pedras, como se eles não sentissem nada, como se eles não tivessem sentimentos, não sentissem dor, a dor do abandono, não sentissem a dor de estar doente ali com a cabeça toda bichada. [...] Todos os animais. Todos aqueles que não sabem verbalizar um pedido de ajuda, um pedido de “Estou com fome”, “Estou com sede”. (Fonte: Anita/Entrevista).

Assim como as éticas calcadas em um sentimento moral, o tópico do sentimento é alvo das mesmas críticas já citadas anteriormente. Boltanski (2004) traz mais uma problematização, semelhante à traçada por Mary Midgley: não é possível mergulhar profundamente nas causas dos sofrimentos em questão, sem desembocar em uma troca de um sentimento de compaixão para outro de ressentimento e raiva. Citando Boltanski (2004, p. 98) “A sombra do perseguidor [*persecutor*] é lançada sobre as referências ao benfeitor e o ressentimento prevalece sobre a ternura [*tender-heartedness*].” (tradução nossa).

A pena, ao se transformar em indignação, transforma o modo de ação, desembocando no tópico da denúncia. Como essa ação geralmente é distanciada, a denúncia se dá através do discurso; um discurso de acusação de um culpado em específico ou de uma classe de culpados. A indignação moral, então, se manifesta na prontidão para infligir punição aos criminosos – ao passo que um grupo (o próprio) é visto como moralmente digno, os de fora do grupo são

acusados de imoralidade e por vezes transformados em bodes expiatórios. O coletivo, então, passa a reafirmar seus valores em comum ao acusar e estigmatizar a imoralidade do (s) culpado (s).

Tal processo que desemboca na indignação e na denúncia ocorre de forma frequente no âmbito da proteção animal, se tornando problemático quando esta se desvia do “amor aos animais” para o “ódio à humanidade destruidora”, a acusação à “raça humana”, a um “ser desumano” e similares. Cabe mencionar que este processo não é uma constante, mas uma possibilidade que diversas vezes se concretiza. Tal processo ocorre por vezes com alguns grupos humanos em específico, como nos casos dos toureiros e das religiões de matriz africana e sua prática de sacrifício religioso. Como desenvolverei a seguir, este é um perigo que se corre ao se idealizar e vitimizar o animal não humano – uma contrapartida de culpabilização que pode, em casos extremos, levar à demonização de certos grupos humanos.

3.3 A IDEALIZAÇÃO DO ANIMAL DE COMPANHIA

Érica Pastori (2012), em sua dissertação intitulada “Perto e longe do coração selvagem”, aponta, a partir de etnografia realizada em uma *pet shop* de Porto Alegre, um cenário em que os animais de companhia eram recorrentemente retratados como fonte de um carinho e companheirismo que os membros humanos da família simplesmente não conseguiam fornecer do mesmo modo. Os animais seriam, a partir de tais discursos, detentores de uma pureza que não se encontra nos seres humanos, travando relações não influenciadas por preconceitos e exigências sociais.

A partir de sua experiência etnográfica, a autora traz algumas hipóteses sobre o que motiva as relações íntimas que são travadas com os animais de companhia e que, muitas vezes, vêm junto a uma idealização destes. Estes animais, segundo sua argumentação, são compreendidos como fonte de pureza e de amor incondicional que muitas vezes vêm a reparar decepções com relações humanas, trazendo uma possibilidade de perfectibilidade que não se encontra no ser humano. Estes animais tomariam um lugar de “novos bons selvagens”, em relações marcadas por um romantismo rousseauiano.

Matos (2012), de forma análoga, caracteriza o trabalho da proteção como uma dádiva, cujo contra dom é o amor incondicional que as protetoras relatam receber dos animais. Trago mais uma vez uma fala proveniente de uma entrevista, por acreditar que tais falas expressam as categorias que aqui intento delinear com um realismo e uma complexidade muito além de

qualquer tentativa de compreensão teórica. Falando sobre seu resgatado Pepe, a protetora Joana diz:

E o animal, ele tem tanta coisa para nos ensinar em questão do amor, sabe, da dedicação... [...] Ele te recebe com um beijo, com abraço, com carinho. Eu digo “Pepe, eu vou fugir”, aí ele vem atrás de mim, segura pelo braço, como quem diz “Não, não, não vai”, entendeu. Aí tu pensas assim, esse cachorro tem onze anos, ele me conhece há menos de um mês. Eu tenho uma entrega total dele para comigo, ele se entregou completamente. [...] É, entendeu, como se eu tivesse pego ele desde pequenininho e já tivesse convivido com eles os onze anos da vida dele, entendeu. (Fonte: Joana/Entrevista).

Um tema extremamente explorado, especialmente no caso do cachorro, é a fidelidade e o companheirismo. Como aponta Fudge (2014), desde “Lassie Come-Home”, o cachorro tem sido alvo de significativa produção literária e cinematográfica que explora tais características caninas e instila um amor especial no público por este “melhor amigo do homem”. Em “Lassie Come-Home”, a incansável tentativa da cachorra de voltar a seus donos, apesar de estes terem se desfeito dela por questões financeiras, é tão comovente por ser uma narrativa do amor animal ao humano, e de um apego inabalável no cachorro que se dá a partir deste vínculo. Escutei de duas protetoras histórias semelhantes, de cachorros que foram doados ou roubados e que conseguiram achar seu caminho de volta à casa. Trago uma destas aqui:

E aí o meu pai disse “Não, não vamos ficar com dois cachorros, vamos doar”. Aí o meu pai até dou para um açougueiro na André da Rocha. [...] Aí de tarde o cachorro estava de volta lá em casa. Imagina, nós morávamos na José do Patrocínio, ele voltou sozinho... [...] O pai disse “Ele nos escolheu”. E aí quando o meu pai ficou doente, ele morreu de câncer, ficou quatro meses doente com o câncer, e ele sempre do lado do meu pai, sempre, sempre, eu saía e voltava e ele sempre. Companheiro do pai né, sempre companheiro, claro que foi o meu pai que achou ele, né. (Fonte: Florence/Entrevista).

A relação pessoal e afetiva com o animal de companhia com certeza não é necessariamente vinculada à idealização do animal, apesar de esta poder estar presente – assim como está presente, em algum grau, na maioria das relações de afeto humanas importantes para nós. A questão da relação pessoal com o animal não humano e de suas múltiplas possíveis facetas já foi bastante explorada no capítulo anterior. Neste capítulo, entretanto, atendo-me ao componente idealizado do animal de companhia que permite torná-lo um exemplo de *vítima contemporânea* nas mãos de uma humanidade fria e indiferente, um símbolo de pureza prejudicada pela humanidade. É esta faceta idealizada do animal que pode alimentar uma política de piedade voltada à denúncia de um ser humano desumanizado; questão problemática, visto a desumanização sempre trazer consigo um perigo. Apesar de tal processo não ser uma *regra* no âmbito da proteção animal (ou de outros movimentos, como o veganismo e o ambientalismo), é uma tendência que deve ser alvo de maior escrutínio.

Trago novamente uma fala de Anita para exemplificar a idealização do animal não humano:

É um sofrimento porque a gente considera os bichos, eu acho que nem deviam ter chamado de bicho, deviam chamar de anjo, essa história de bicho e animal, eles são anjos. Os animais são anjos. (Fonte: Anita/Entrevista).

Juan Salvador, que considera os movimentos de defesa dos animais uma forma de sacralização da natureza, pondera que os zoófilos sacralizam a natureza do animal e o humanizam ao lhe emprestar qualidades humanas. Tal processo de humanização seria tão mais atuante no caso dos animais de companhia, que são crescentemente socializados e que interiorizam aspectos de modos de vida humanos ao se desenvolverem (por exemplo, muitos animais de companhia passam a conviver melhor com humanos que com outros de sua espécie). Em sua visão, atualmente emprestam-se virtudes humanas aos animais superiores, ao mesmo tempo em que as diferenças entre os animais humanos e não humanos é aplanada (SALVADOR, 2001).

Um lema por vezes perceptível no movimento da proteção animal é o de que “se aprende a ser humanitário com o animal”. Segundo Boltanski (2004), o contexto filosófico de origem da sentimentalidade se dá no idealismo moral de Shaftesbury e Hutcheson, que emergiu em reação a visões pessimistas sobre a natureza humana, como a de Hobbes. O idealismo moral sustenta que a bondade é uma característica da mente humana ou, de forma mais extrema, que ela é a própria expressão da humanidade dos seres humanos, do que há de melhor em nós. É então que nasce a diferença entre *human* e *humane*. Citando Boltanski (2004, p. 99):

É apenas quando indivíduos são humanitários [*humane*], no sentido de plenos de “humanidade” por outros seres humanos, que eles manifestam e realizam sua plena pertença ao “gênero humano” [*human kind*]. É na presença do sofrimento que essa plena humanidade se manifesta em piedade. O espetáculo do sofrimento é; portanto, o teste que indivíduos devem enfrentar para provar sua humanidade (tradução nossa).

O animal não humano; portanto, passou a paradoxalmente ser aquele que possui a capacidade de ensinar-nos a sermos humanitários – na visão de alguns grupos sociais. Mostrase atuante uma ideia de bondade animal, bastante vinculada ao instinto maternal dos animais. A divulgação de vídeos e notícias de adoção de animais não humanos por animais de outra espécie se tornou um tópico extremamente popular (HERZOG, 2014). A glorificação do instinto materno é constantemente presente na redoma da proteção animal, e a aceitação por parte do animal não humano de animais de outras espécies parecia-se, na minha interpretação, ao acolhimento sem distinção de raça realizado pelas protetoras e simpatizantes a seus “filhos de quatro patas”. Trago o seguinte trecho de entrevista para ilustrar:

Tu estás procurando a tua cachorra, mas tu estás vendo uma outra cachorrinha ali numa situação perigosa e tu não pode recolher, porque “Ah, vou gastar, não é minha”, mas e o amor verdadeiro que tu tens pelo bicho? Então tu não tens um amor pelo bicho, tu tens um amor à possessão que é aquele animal que tu tens, “Ai, eu quero aquela, eu quero a minha”, é uma coisa mais do homem, o que no animal já é um pouco diferente. Tu podes ver, se o animal tem um filhotinho que a mãe morreu, que está precisando amamentar, uma outra cadela vai lá e pega, sabe, ela não se importa se é branco, se é preto, ou o que que ele é, entendeu, ele é um filhote, ela vai pegar. (Fonte: Joana/Entrevista).

Esta entrevista, realizada com Joana, foi extremamente frutífera, essa sendo apenas uma das reflexões interessantes que a protetora fez sobre a sociedade humana e o devir animal nesta

sociedade. Tais exemplos frequentes de glorificação da maternagem animal contrastam vividamente às experiências trazidas pelo próprio campo da proteção animal: situações frequentes de abandono de ninhadas, especialmente por parte de gatas. Exemplos como este me fizeram chegar à ideia de que a visão do animal como inocente e humanitário se constrói não sobre a observação dos comportamentos animais, mas em comparação às ações destrutivas ou individualistas por parte do ser humano, que vem sendo percebido como mais propenso para o mal que outros animais. Especulo então que, a partir de uma trajetória histórica de decadência do humanismo e das visões otimistas em relação à natureza humana, a idealização do animal não humano tenha possivelmente se dado enquanto uma das formas de lidar com tal fenômeno, em uma estratégia romântica de salvaguardar tal “essência humanitária”.

Trago, por fim, dois breves trechos de “Os Irmãos Karamázov” de Dostoiévski, que possuem grande potência para a reflexão do fenômeno em questão e que ajudam a pensar também uma possível (e paradoxal) influência cristã – dir-se-ia uma afinidade eletiva (WEBER, 2004) – na idealização de um animal inocente, puro, e tão frequentemente associado à infância humana:

- A propósito, um búlgaro me contou recentemente em Moscou – continuou Ivan Fiodórovitch como se não tivesse ouvido o irmão – como os turcos e tcherquesses cometem atrocidades em todas as partes da Bulgária, por temerem uma rebelião geral dos eslavos – ou seja, queimam, degolam, violentam mulheres e crianças, pregam as orelhas dos prisioneiros a uma cerca com pregos, os deixam assim até o amanhecer e de manhã os enforcam -, etc, é até impossível imaginar tudo. De fato, às vezes se fala da crueldade “bestial” do homem, mas isso é terrivelmente injusto e ofensivo para com os animais: a fera nunca pode ser tão cruel como o homem, tão artisticamente, tão esteticamente cruel. O tigre simplesmente trinca, dilacera, é só o que sabe fazer. Não lhe passaria pela cabeça pregar as orelhas das pessoas com pregos por uma noite, mesmo que pudesse fazê-lo. (DOSTOIÉVSKI, 2012, p. 329).

Amai os animais: Deus lhes deu o princípio do pensamento e a alegria plácida. Não os perturbeis, não os maltrateis, não lhes tireis a alegria, não vos oponhais à ideia de Deus. Homem, não te coloques acima dos animais: eles não têm pecado e tu, com tua grandeza, apodreces a Terra com tua aparição sobre ela e deixarás depois de ti tuas pegadas podres – infelizmente quase todos nós! Amai sobretudo as crianças, porque elas não têm pecado, como os anjos, e vivem para nosso enternecimento, para purificar nossos corações e como uma espécie de sinal para nós. (DOSTOIÉVSKI, 2012, p. 433)

REFLEXÕES FINAIS

Como colocado na introdução, este trabalho visou a uma reflexão sobre a relação entre o movimento da proteção animal urbana e os animais de companhia aos quais o movimento se dedica, problematizando a forma como o animal de companhia é pensado no contexto zoofílico contemporâneo e o lugar que ele ocupa enquanto membro de uma família mutiespécies. Várias questões foram abordadas, como as idiossincrasias do movimento da proteção animal urbana que puderam ser identificadas a partir da etnografia junto a estes grupos, a transformação da relação com o animal de companhia nos últimos dois séculos para uma relação familiar e de afeto, as especificidades de uma relação com um animal de companhia singular, a categoria do animal como vítima embasando novas políticas de piedade, bem como algumas problematizações em relação ao animal não humano pensado como um ser humanitário ou inocente.

Estas diferentes questões foram levantadas na esperança de instigar uma reflexão deveras complexa sobre nossa relação com os animais não humanos e, em específico, com os animais de companhia. O objetivo, portanto, é o de uma não redução – não redução na análise do movimento de proteção animal, não redução no pensar o animal de companhia enquanto ser concreto, e não redução na análise das múltiplas relações travadas no contexto contemporâneo com estes animais. Assim, quero deixar claro nesta última parcela do trabalho que não pretendi a um esgotamento ou completude do tema, a qual sequer penso ser possível.

A exemplificar esta não completude, e também indicar caminhos possíveis de serem investigados e aprofundados, mas que excederam o escopo limitado desse trabalho, cito as controvérsias internas à própria proteção animal, que remetem a uma multiplicidade de formas de se relacionar com o animal de companhia e de pensar a existência deste, internas ao movimento. Assim, há protetoras que têm pavor de ver um animal na rua; outras pensam muitos destes estarem melhor assim que em um abrigo, confinados. A maioria das protetoras gateiras não permitem adoções para casas e apartamento sem telas, enquanto outras acham que os gatos têm uma vida mais feliz podendo “dar suas voltas”. Por vezes, as mesmas pessoas podem retratar os seus animais quase como bebês inocentes, “criaturas fofinhas” que precisam dos tutores para, depois, falar sobre o instinto animal da caça com ar de admiração, praticamente em pesar por não poderem deixar seus animais caçarem em sua consciência. O tema, apesar de poder parecer marginal ao fazer antropológico, é denso e mergulha profundamente no que pensamos sobre nós mesmos enquanto humanos.

Para finalizar, trago um exemplo característico da especificidade e peculiaridade da relação construída entre protetoras e animais, da agência destes e da trajetória interespecífica pelas quais estas pessoas passam quando de seu envolvimento em um movimento dedicado à causa animal. Segundo Catarina, que tanto me auxiliou no ingresso neste universo da proteção animal, a partir de certo tempo junto a ela depois de resgatado, o cachorro começa a “olhar para ela como dona”, sendo então mais difícil para ela colocá-lo para adoção, porque ela “se apega”. Falando sobre sua rotina e sobre o cuidado a seus animais, ela diz:

[...] eu ainda tenho que parar e sentar com cada um, eu ainda tenho que fazer isso. Porque eles ficam esperando que eu, me olhando, como se dissesse “Tu vai parar, ou não vai”, sabe? E eu não resisto a aqueles olhares. (Fonte: Catarina/Entrevista).

O animal é um Outro não humano dotado de agência e de olhar, que possui um papel ativo na construção da relação com o humano. Ser reconhecida enquanto protetora e cuidadora *pelo olhar do animal* talvez seja um dos grandes estímulos para o envolvimento na proteção. Construir essas relações, perceber o pedido de carinho do animal e atendê-lo, é trazido no discurso das protetoras como uma das fontes de satisfação nessas trajetórias interespecíficas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **Les belles images**. Éditions Gallimard, 1966.

_____. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Bíblia Online. Disponível em: <http://www.bibliaon.com/versiculo/genesis_1_28> Acesso em 13 de Novembro de 2015.

BLANC, Nathalie. La place de l'animal dans les politiques urbaines. **Communications**, v. 74, p. 159-175, 2003.

BOLTANSKI, Luc. **Distant Suffering: morality, media and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOURG, Dominique. **Natureza e técnica**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

DEMELLO, Margo. **Animals and Society: an introduction to human-animal studies**. New York: Columbia University Press, 2012.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DESCOLA, Philippe. Constructing Natures. In: DESCOLA, Philippe & PÁLSSON, Gísli (Ed.). **Nature and Society: Anthropological perspectives**. London: Routledge, 1996.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Os Irmãos Karamázov**. Tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; desenhos de Ulysses Bôscolo. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2012. Vol. 1, 448p.

FAAVRET-SAADA, Jeanne. **Les Mots, la Mort, les Sorts: la sorcellerie dans le Bocage**. Paris: Éditions Gallimard, 1977.

FARACO, Ceres Berger (2008). **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespecie**. Porto Alegre: PUCRS, 2008. 108 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FEIJÓ, Anamaria. **Utilização de Animais na Investigação e Docência**: uma reflexão ética necessária. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FOOTE-WHITE, William. Treinando a Observação Participante. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

FUDGE, Erica. **Animal**. London: Reaktion Books Ltd, 2002.

_____. **Pets**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014.

GREENEBAUM, Jessica. It's a Dog's Life: Elevating Status from Pet to "Fur Baby" at Yappy Hour. **Society & Animals**, v. 12, n. 2, p. 117-135, 2004.

HARAWAY, Donna. **When Species Meet**. Minneapolis: University of Minnesota, 2007.

HERZOG, Harold A. Biology, Culture, and the Origins of Pet-Keeping. **Animal Behavior and Cognition**, v. 1, n. 3, p. 296-308, 2014.

_____. Gender Differences in Human-Animal Interactions: A Review. **Anthrozoös**, v. 20, n. 1, p. 7-21, 2007.

HURN, Samantha. **Humans and Other Animals**: Cross-cultural perspectives on human-animal interactions. London: Pluto Press, 2012.

IRVINE, Leslie. **If You Tame Me**: understanding our connection with animals. Philadelphia: Temple University Press, 2004.

KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. **Anais**, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. **Reassembling the Social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford University Press, 2005.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, 1992.

LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano. Da vida moral de (alguns) animais: reações públicas à violência interespecífica e gramáticas morais no Brasil atual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxumbu.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem I**. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

MATOS, Liziane Gonçalves de. **Quando a “ajuda é animalitária”**: um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre-RS. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NEUMANN, Sandra L. Animal Welfare Volunteers: who are they and why do they do what they do? **Anthrozoös**, v. 23, n. 4, p. 351-364, 2010.

NOSKE, Barbara. The Animal Question in Anthropology. In: FLYNN, Clifton P. (Ed.). **Social Creatures: a human and animal studies reader**. New York: Lantern Books, 2008.

NUSSBAUM, Martha C. The Moral Status of Animals. **The Chronicle of Higher Education**, 2006.

OLIVEIRA, Samantha Calmon de. **Sobre Homens e Cães**: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OSÓRIO, Andréa. Humanidade e não-humanidade: notas sobre um grupo de protetores de gatos de rua. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., 2011, Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense – UFF.

_____. Posse Responsável: moral, ciência e educação ambiental em um grupo de protetores de gatos de rua. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.3, n.2, p.51-75, jul-dez, 2011.

PAIXÃO, Rita Leal. Sob o Olhar do Outro. Derrida e o Discurso da Ética Animal. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.272-283, 1º sem. 2013.

PARRY, José. Sentimentality and the Enemies of Animal Protection. **Anthrozoös**, v. 24, n. 2, p.117-133, 2011.

PASTORI, Érica Onzi. **Perto e longe do coração selvagem**: um estudo antropológico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosana Eichenberg. Companhia de Bolso, 2007.

SALVADOR, Juan. Une Forme de Sacralisation de la Nature: les mouvements de défense des animaux. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 85-112, dezembro de 2001.

SANTOS, Pedro da Silva. **De abandono, proteção e outras formas de relação com animais**: Motivações, interações e diferenças no Rio de Janeiro e no sertão nordestino. Niterói: UFF, 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SIMMEL, Georg. O Dinheiro na Cultura Moderna (1896). In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (Org.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. Tradução de Simone Carneiro Maldonado. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, Volume 43, n. 1, p. 219-242, abril de 2009.

SORDI, Caetano. O Animal Como Próximo: por uma Antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. **Cadernos IHU Idéias** (UNISINOS), v. 145, p. 3-28, 2011.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o 'Espírito' do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.